P/anexar juntamente com o relatório para parecer de Com. C

Entrada na Mesa
Data 11/12/2023
Hora 15 h 10 m
...O Presidente...

ANUNCIADO
.../.../...
O Presidente

11/12/2023

PARLAMENTO NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS E JUSTIÇA

Ex^ma Senhora,
Presidente da Comissão de Finanças
Públicas - Parlamento Nacional

Cedelizia Faria dos Santos

N/referência: 95 /1ª/VI/Com-A N/processo: V/referência: Data: 06/12/2023

Assunto: Remete o relatório e parecer.

Excelência,

Venho por este meio remeter a Vossa Excelência o Relatório e Parecer da Proposta de Lei número 4/VI/1ª– Orçamento Geral do Estado para 2024, para consideração e encaminhamento segundo os procedimentos definidos.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Comissão

Patrocínio Fernandes dos Reis

PARLAMENTO
NACIONAL

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

PARECER

PROPOSTA DE LEI Nº 4/VI (1ª)

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2024

ÍNDICE

I.INTRODUÇÃO

I.1. Objeto e finalidade do parecer
I.2 - Designação do relator
I.3 - Competência das comissões especializadas permanentes
I.4 - Áreas de competência da Comissão
I.5. Entrada, anúncio e baixa às Comissões Especializadas Permanentes
I.6. Instituições cujos orçamentos foram analisados pela Comissão
I.7. Trabalhos da Comissão

II. ANÁLISE DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2024

II.1. Visão geral da execução orçamental de 2023 e da proposta de orçamento para 2024

II.2. Apreciação setorial

II.2.1. Presidência da República
II.2.2. Gabinete do Primeiro Ministro
II.2.3. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros
II.2.4. Ministério da Justiça
II.2.5. Ministério da Administração Estatal
II.2.6. Tribunais
II.2.7. Procuradoria Geral da República
II.2.8. Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça
II.2.9. Inspeção Geral do Estado
II.2.10. Polícia Científica de Investigação Criminal
II.2.11. Arquivo e Museu da Resistência Timorense
II.2.12. Arquivo Nacional de Timor-Leste
II.2.13. Centro Nacional Chega!
II.2.14. Comissão Anti Corrupção
II.2.15. Comissão da Função Pública
II.2.16. Comissão Nacional de Eleições
II.2.17. Instituto Nacional de Administração Pública
II.2.18. Secretariado Técnico de Administração Eleitoral

III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

1. Pedido de verbas adicionais – Considerações Gerais
2. Pedido de verbas adicionais – em concreto
3. Funcionários contratados

4. Aposentação voluntária
5. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra os Desaparecimentos Forçados
6. Dotações para pagamento de assessores internacionais dos Tribunais e do Ministério Público e dotações para manutenção de veículos dos Tribunais e do Ministério Público

IV. PARECER

V. APROVAÇÃO DO PARECER

I. INTRODUÇÃO

I.1. Objeto e finalidade do parecer

A Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça (Comissão A) pronuncia-se, no presente parecer, sobre a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2024, a Proposta de Lei N.º 4/VI (1ª), doravante designada por PPL.

O presente parecer incide sobre as áreas setoriais e domínios de intervenção do Estado que se integram na competência da Comissão A. A finalidade deste parecer é, nos termos regimentais, instruir o "Relatório e Parecer" sobre a Proposta de Lei Orçamento Geral do Estado para 2024, cuja elaboração compete à Comissão de Finanças Públicas (Comissão C), de acordo com o disposto no artigo 164.º, n.ºs 1 e 2, do Regimento do Parlamento Nacional (RPN).

I.2 - Designação do relator

Foi designado relator o Senhor Deputado Albino da Silva.

I.3 - Competência das comissões especializadas permanentes

Nos termos dos artigos 163º e 164º do Regimento do PN, compete às comissões especializadas permanentes a elaboração de um parecer sectorial, para cujo fim, as comissões podem convocar reuniões que julgarem necessárias com a participação dos membros do governo, sem prejuízo do exercício das competências previstas no artigo 35º do Regimento do PN, onde se incluem as de realizar audiências públicas com titulares de órgãos da Administração Pública.

I.4 - Áreas de competência da Comissão

Na presente legislatura, nos termos da Deliberação sobre a Constituição das Comissões Especializadas Permanentes, Deliberação do Parlamento Nacional n.º 3/2023, de 3 de julho, alterada pela Deliberação n.º 5/2023, de 10 de julho as áreas de competência da Comissão A são as seguintes:

a) Assuntos constitucionais;
b) Justiça;

c) Direitos, liberdades e garantias;
d) Sistema eleitoral e partidos políticos;
e) Administração Pública;
f) Descentralização administrativa e poder local;
g) Mecanismo de resposta automática para os direitos humanos;
h) Anticorrupção;
i) Mandato parlamentar;
j) Imunidades, incompatibilidades, impedimentos e conflitos de interesses;

I.5. Entrada, anúncio e baixa às Comissões Especializadas Permanentes

A proposta de lei do OGE para 2024 deu entrada no Parlamento Nacional no dia 23/11/2023, quinta-feira.

Foi admitida no dia 24/11/2023, sexta-feira e mandada `a Comissão "C", para se pronunciar sobre o pedido de urgência.

No dia 27/11/2023, foi mandado baixar às comissões especializadas permanentes, para efeitos do disposto nos artigos 163º e 164.º do Regimento do PN, com prazo até dia 6/12/2023, quarta-feira.

I.6. Instituições cujos orçamentos foram analisados pela Comissão

São os seguintes os órgãos do Estado e instituições públicas cujos orçamentos foram analisados pela Comissão:

1. Presidência da República.
2. Gabinete do Primeiro-Ministro.
3. Ministro da Presidência do Conselho dos Ministros
4. Comissão da Função Pública (CFP).
5. O Centro Nacional Chega!, I.P. (Chega!)
6. Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT).
7. Inspeção Geral do Estado (IGE)
8. Ministério da Administração Estatal.
9. Secretariado Técnico da Administração Eleitoral.

10. Instituto Nacional de Administração Pública (INAP).
11. Arquivo Nacional de Timor-Leste.
12. Ministério Justiça.
13. Comissão de Terras e Propriedades
14. Defensoria Pública.
15. Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ).
16. Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC).
17. Tribunais.
18. Ministério Público.
19. Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça.
20. Comissão Anti Corrupção.
21. Comissão Nacional de Eleições.

I.7. Trabalhos da Comissão

Para elaborar o seu parecer sobre a PPL a Comissão contou com o apoio de uma equipa técnica, que realizou os seguintes trabalhos, limitados no seu âmbito e profundidade, por causa do tempo muito limitado pelo caráter urgente da tramitação desta proposta de lei:

1) Produção de tabelas da execução das dotações para despesas no OGE de 2023, em valores e em percentagem, apresentadas por categorias económica das despesas.
2) Análise das dotações para despesas para o ano de 2024, por categoria económica das despesas, e o peso percentual de cada uma, acompanhada de observações e questões a formular durante as audiências públicas e debates.
3) Apresentação das dotações para despesas, por programas e por classificação económica, bem como o peso percentual de cada categoria económica de despesa, acompanhada de observações e questões a formular durante as audiências públicas e debates.

A Comissão realizou audiências com os departamentos do Governo e as instituições supramencionadas.

As audiências tiveram lugar nos dias 30 de novembro, 1 e 4 de dezembro de 2023, de acordo com o calendário que abaixo se reproduz.

Calendário de Audiências sobre a PPL n.º 4/VI (1ª) Orçamento Geral do Estado para 2024			
Data	Horas	Entidades	Local
30/11/2023 Quinta-feira	11h00	Gabinete do Primeiro-Ministro	Sala da Comissão A
	14h00	Ministro da Presidência do Conselho de Ministros acompanhado de: - Vice-Ministro Assunto Parlamentares; - Centro Nacional CHEGA, I.P; - Comissão da Função Pública (CFP); - Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT); - Inspeção-Geral do Estado (IGE).	
1/12/2023 Sexta-feira	09h00	Ministério da Administração Estatal acompanhado de: - Administração dos Municípios; - Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE); - Arquivo Nacional de Timor-Leste (ANTL); - Instituto Nacional da Administração Pública (INAP); - Fundo Especial de Desenvolvimento de Ataúro (FEDA).	Sala do Plenário Comissão A, C e G
	14h00	Ministério da Justiça acompanhado de: - Secretário de Estado de Terras e Propriedades - Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) - Comissão de Terras e Propriedades; - Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC); - Defensoria Pública; - Comissão de Luta Contra o Tráfico de Pessoas (CLCTP).	Sala da Comissão. A
4/12/2023 Segunda-feira	09h00	Tribunais	
	11h00	Procuradoria-Geral da República Comissão Anti Corrupção (CAC)	
	14h00	Presidência da República	
	16h00	Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça (PDHJ)	
	17h00	Comissão Nacional de Eleições (CNE)	

Terminadas as audiências, a Comissão realizou uma reunião de análise e discussão para a formulação de conclusões e recomendações, que teve lugar na terça-feira, dia 05 de dezembro de 2023.

II. ANÁLISE DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2024

II.1. Visão geral da execução orçamental de 2023 e da proposta de orçamento para 2024

Apresenta-se a seguir uma tabela da execução orçamental de 2023 dos órgãos e instituições da área da competência da Comissão A e a variação entre o OGE de 2023 e a proposta de OGE de 2024. Os dados sobre a execução orçamental foram obtidos no "Portal da Transparência Orçamental de Timor-Leste", com referência ao dia 01/12/2023

Entidades	OGE 2023		PROPOSTA PARA OGE 2024		
	Dotações	Taxas de Execução	Dotações	Variação entre 2023 e 2024	
	($)	(%)	($)	($)	(%)
001: **Presidência da República**	12.288.413	81.9	10.948.750	**-1.339.663**	-10,90
003: **Primeiro-Ministro**	3.400.630	90.1	3.216.604	**-184.026**	-5,41
006: **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros**	13.064.503	69.3	12.543.437	**-521.066**	-3,98
015: **Ministério Justiça**	14.384.399	75.6	13.527.213	**-857.186**	-5.95
Comissão de Terras	---	---	---	**---**	
Centro de Formação Jurídica e Judiciária	---	---	---	**---**	
Defensoria Pública	---	---	---	**---**	
016: **Ministério da Administração Estatal**	52.764.796	85.2	54.409.666	**+1.644.870**	+3,11
035: **Tribunais**	7.516.068	68.9	5.579.943	**-1.936.125**	-25,75
036: **Procuradoria-Geral da República**	5.475.170	82.2	3.692.631	**-1.782.539**	-32,55
037: **Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça**	1.803.241	82.0	2.061.391	**+258.150**	+14,31
038: Inspeção Geral do Estado	940.153	72.5	1.008.300	**+68.147**	+7,24
039: Polícia Científica de Investigação Criminal	2.019.637	74.6	2.211.304	**+191.667**	+9,49
062: Arquivo e Museu da Resistência Timorense	1.940.527	91.1	2.687.459	**+746.932**	+38,49
063: Arquivo Nacional de Timor-Leste	781.680	66.2	1.087.805	**-306.125**	+39,16
069: Centro Nacional Chega!	1.971.438	83.8	1.804.377	**-167.061**	-8,47
073: Comissão Anti Corrupção	2.158.942	47.3	2.332.135	**+174.987**	+8,10
074: Comissão da Função Pública	4.010.442	80.2	3.048.399	**-962.043**	-23,98
076: Comissão Nacional de Eleições	16.920.232	89.3	8.836.929	**-8.083.303**	-47,77
089: Instituto Nacional da Administração Pública	1.037.825	60.0	1.328.521	**+290.696**	+28,01
099: Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	1.773.979	86.6	2.094.807	**+320.828**	+18,08

Nota: A taxa global média de execução do OGE de 2023 em 01/12 é de **67,4 %**.

II.2. Apreciação setorial

a) A apreciação setorial compreendeu a execução orçamental de 2023 e a proposta orçamental para 2024.

Foi produzida pelo Gabinete de Estudos e Assessoria Parlamentar (GEAP) do PN uma "nota técnica" para cada uma das instituições analisadas.

A análise da execução do OGE de 2023 foi feita em relação a cada uma das instituições da área de competência da Comissão A, com a indicação dos montantes e das taxas de execução para cada uma das categorias económicas de despesa, e realçando os aspetos merecedores de maior atenção.

A análise da proposta orçamental para o OGE de 2024, compreende a comparação e a análise das variações das dotações orçamentais entre 2023 e 2024, bem como os programas e atividades propostas. Indicam-se aí também as dotações para cada programa, e dentro de cada programa a sua distribuição por categorias económicas de despesa.

b) No âmbito da apreciação da proposta de orçamento para 2024, a Comissão realizou audiências com as instituições das áreas da competência. Nessas audiências a Comissão procurou obter informações sobre:

- A execução orçamental de 2023, sucessos e constrangimentos;
- O desempenho da instituição na execução das políticas e programas do seu sector;
- A proposta orçamental para 2024 e a adequação do financiamento face aos objetivos e resultados esperados, conforme contidos nos planos anuais de ação.
- O enquadramento do programa ou atividade nas atribuições da instituição.

II.2.1. Presidência da República

O orçamento da Presidência da República para 2023 foi de US$ 12.088.413. A proposta do OGE para 2024 é de 10.948.750.

1.1. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Presidência da República			
Classificação Económica	**OGE 2023**		
	Dotação	**Execução**	
	($.000)	**($.000)**	**(%)**
Total	**12,288,413.00**	**9,776,158.33**	**81.4%**
Salários e Vencimentos	6,675,903.00	5,836,883.76	87.4%
Bens e Serviços	3,853,951.00	2,948,457.78	81.4%
Capital Menor	598,000.00	112,453.45	18.8%
Capital de Desenvolvimento	150,000.00	19,999.19	35.8%
Tranferências Públicas	1,010,559.00	873,900.45	86.7%
Current Liabilities	.00	-15,536.30	0%

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.2 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Presidência da República		
Classificação Económicas	**PPL OGE 2024**	
	Dotação ($.000)	**Distribuição**
Total	**10,948,750**	**(%)**
Salários e Vencimentos	4,109,971	37%
Bens e Serviços Correntes	5,538,220	50%
Transferências Públicas	1,050,559	9%
Capital Menor	0.00	0%

Capital de Desenvolvimento	250,000	2%

Observasaun:

Haree husi classificação económicas, Bens e Serviços Correntes hetan hetan percentagem boot liu (50%) entre classificação económica seluk iha despeza Presidência da República ba tinan 2024. Tuir fali mak Salários e Vencimentos (37%), Transferências Públicas (9%), no Capital de Desenvolvimento (2%).

Fontes: PPL OGE 2024, p.18.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Presidência da República aloka orçamento ba programa lima: *(1) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional; (2) Reforçar as Relações e Cooperações Internacionais; (3) Fortalecimento da Democracia, Constitucionalidade, Paz, Defesa e Segurança; (4) Iniciativas de Desenvolvimento do Presidente da República; no (5) Desenvolver um Sistema de Comunicação Institucional do Governo.* Descrição orçamento ba programa lima ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

Tabela 3.1 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	Dotação PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**7,094,749**	**(%)**
Programa 510: *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*	Salários e Vencimentos	4,089,971	58%
	Bens e Serviços Correntes	1,704,219	24%
	Transferências Públicas	1,050,559	14%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	250,000	4%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, osan boot liu concentra iha Salários e Vencimentos (57%), tuir mai Bens e Serviços Correntes (24%), Transferências Públicas (14%), Capital Menor (0%) no Capital de Desenvolvimento (4%).
- Ho osan $1,050,559 ne'ebé coloca iha Transferências Públicas ne'e atu usa oinsá no ba atividade? Se mak sei sai grupo beneficiário?
- Nune'e mós osan iha Capital de Desenvolvimento ($250,000) husi programa ida ne'e atu hodi harii saída?
- Laiha alocação orçamento iha Capital Menor? Tanba sá? Laiha necessidade?
- Detalhos husi programa ida ne'e bele haree iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 7 - 23.

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.7-23.*

Tabela 3.2 – Reforçar as Relações e Cooperações Internacionais

Programa	Classificação Económicas	Dotação PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**50,000**	**(%)**
Programa A02: *Reforçar as Relações e Cooperações Internacionais*	Salários e Vencimentos	0.00	0%
	Bens e Serviços Correntes	50,000	100%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Programa ida ne'e aloca osan 100% iha Bens e Serviços Correntes.
- Osan $50,000 ba Bens e Serviços ne'e hodi suporta atividade saída deit? Montante ne'e bele garante "reforça relações e cooperações internacionais?"

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.7-23

Tabela 3.3 – Fortalecimento da Democracia, Constitucionalidade, Paz, Defesa e Segurança

Programa	Classificação Económicas	Dotação PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**344,000**	**(%)**
Programa A35: *Fortalecimento da Democracia, Constitucionalidade, Paz, Defesa e Segurança*	Salários e Vencimentos	20,000	6%
	Bens e Serviços Correntes	324,000	94%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, percentagem boot liu aloca iha Bens e Serviços Correntes (94%), tuir mai Salários e Vencimentos (6%), enquanto classificação seluk (0%).
- Atividades sira husi programa ne'e bele loke iha Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.7-23.*

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.7-23.

Tabela 3.4 – Iniciativas de Desenvolvimento do Presidente da República

Programa	Classificação Económicas	Dotação PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**2,085,000**	**(%)**
Programa A36: *Iniciativas de Desenvolvimento do Presidente da República*	Salários e Vencimentos	0.00	0%
	Bens e Serviços Correntes	2,085,000	100%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Programa ida ne'e aloca osan 100% iha Bens e Serviços Correntes.
- Osan $2,085,000 ba Bens e Serviços ne'e hodi suporta atividade saída deit?
- Iniciativas de Desenvolvimento do Presidente da República ne'e ninia conceito oinsá?
- Atividades sira husi programa ne'e bele loke iha Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.7-23.*

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.7-23.

Tabela 3.5 – Desenvolver um Sistema de Comunicação Institucional do Governo

Programa	Classificação Económicas	Dotação OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**1,375,001**	**(%)**
Programa A37: *Desenvolver um Sistema de Comunicação Institucional do Governo*	Salários e Vencimentos	0.00	0%
	Bens e Serviços Correntes	1,375,001	100%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Programa ida ne'e aloca osan 100% iha Bens e Serviços Correntes.
- Osan $1,375,001 ba Bens e Serviços ne'e hodi suporta atividade saída deit? Sistema comunicação ida oinsá mak atu desenvolve iha tinan 2024?
- Atividades sira husi programa ne'e bele loke iha Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.7-23* hodi husu clarificação ba Governo.

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.7-23.

Referências

- Execução OGE 2023 nian husi Presidência da República (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Presidência da República (PPL OGE 2024, p. 18).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.7-23.*

Audiência com a Presidência da República:

A Presidência da República esteve representada pela Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dra. Jesuína Maria Ferreira Gomes, que iniciou a sua intervenção esclarecendo que à dotação orçamental original de $2.088.413 foram acrescidos 200 mil para as cerimónias de posse do IX Governo Constitucional vindo a totalizar $2.288.413.

Prosseguiu com uma breve explicação sobre a execução do OGE 2023, por categoria económica de despesas, indicando os montantes executados e saldo remanescente.

Sobre a proposta de OGE para 2024, procedeu a uma detalhada apresentação dos programas e atividades planeadas para 2024, bem como as respetivas dotações. Foi fornecido aos Deputados documento contendo essas informações.

Principais questões abordadas durante a audiência

- Sobre a articulação e coordenação dos programas de promoção do turismo com as instituições vocacionada, nomeadamente o Ministério do Turismo, explicou que há grande articulação e coordenação com os Ministérios e as Administrações Municipais.
- Número de funcionários da Presidência da Repúblicas, de acordo com a natureza do vínculo empregatício: Total: 118 permanente, 316 casuais, 72 moradores, 14 assessores nacionais, 6 assessores internacional.
- Presépios em Dili e orientação da Diocese: A Presidência da República explicou que estes presépios não são feitos nos bairros, mas sim nos recintos do Palácio do PR. Devem ser construídos com material local, promovendo a criatividade e o uso dos recursos locais.
- Iniciativa "Fraternidade Humana" e a sua disseminação e divulgação às comunidades promovem o diálogo inter-religioso, onde se discutem temas de interesse nacional. O Bispos católicos estão a considerar a inclusão deste tema nos currículos das escolas católicas.
- Foi de novo levantada a antiga questão de que certas atividades que não deveriam ser realizadas pelo PR, designadamente aquelas de cariz social, as quais deveriam ser deixadas ao Governo, porque é da sua competência enquanto órgão executivo, e o nosso sistema não

é presidencialista; a Presidência da República discorreu sobre como são executadas essas atividades de apoio à nutrição, à habitação e outras. Responderam ainda que não se trata de competir com o Governo; a Lei Orgânica da Presidência da República prevê um serviço da sociedade civil, que desenvolve intervenção de cariz assistencialista de apoio aos mais vulneráveis em situação crítica e que requerem ação imediata.

- Sobre a redução das viagens do PR ao estrangeiro, em resposta afirmaram que o Presidente da República ouviu a voz dos Deputados e está sensível, e só viaja quando é imprescindível a presença do Chefe de Estado ou quando o Chefe de Governo não pode participar. Muitas viagens estão relacionadas com convites recebidos para participar na qualidade de Prémio Nobel e Pessoa Eminente. Adicionou que o Presidente da República desenvolve uma intensa ação diplomática a favor do país, de que já houve resultados positivos, como é o caso da nossa candidatura à Organização Mundial do Comércio. Como o Presidente tem afirmado, a diplomacia requer muito dinheiro.

II.2.2. Gabinete do Primeiro Ministro

O orçamento do Gabinete do Primeiro Ministro para 2023 foi de US$ 3.400.630. A proposta do OGE para 2024 é de $3.216.604. O orçamento para 2024 sofreu uma redução de 5.41% em ralação a 2023.

1.1 Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Primeiro Ministro			
Classificação Económicas	OGE 2023		
	Dotação	Execução	
	($.000)	($.000)	(%)
Total	**3,565,516.00**	3,117,481.55	**89.6%**
Salários e Vencimentos	2,534,494.00	2,317,281.52	91.8%
Bens e Serviços	1,031,022.00	811,767.87	85.4%
Capital Menor	0.00	0.00	0.0%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.0%
Tranferências Públicas	0.00	0.00	0.0%
Current Liabilities	0.00	0.00	0.0%

Observação:

- To'o *fulan novembro 2023*, sura hamutuk ho compromissos no obrigações sira, execução orçamento husi Primeiro Ministro atinge ona 89.6%. Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (91.8%), Bens e Serviços (85.4%), enquanto Capital Menor, Capital de Desenvolvimento,Transferências Públicas, no Current Liabilities laiha alocação orçamento.

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Primeiro Ministro		
	PPL OGE 2024	
Classificação Económicas	Dotação ($.000)	Distribuição
Total	**3,216,604**	**(%)**
Salários e Vencimentos	1,231,835	38%
Bens e Serviços Correntes	1,984.769	62%
Transferências Públicas	0.00	0%
Capital Menor	0.00	0%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observasaun:

- Haree husi classificação económicas, Bens e Serviços Correntes hetan percentagem boot liu (62%) no tuir mai Salárioos e Vencimentos (38%). Enquanto classificassão económicas seluk laiha alocação hanesan ho orçamento anterior tinan 2023 nian.

Fontes: PPL OGE 2024, p.19.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Primeiro Ministro aloca orçamento ba programa rua: *(1) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional; no (2) Liderar a Estratégia Política do Governo e a Política Nacional.* Descrição orçamento ba programa rua ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

Tabela 3.1 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	Orçamento	Distribuição

Total		2,974,345	(%)
Programa 510: *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*	Salários e Vencimentos	1,231,835	41%
	Bens e Serviços Correntes	1,742,510	59%
	Transferências Públicas	0.00	0.0%
	Capital Menor	0.00	0.0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0.0%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, osan concentrado liu iha Bens e Serviços Correntes (59%), tuir mai Salários e Vencimentos (41%), enquanto classificação económica seluk la hetan alocação.
- Atividade principal saída deit mak sei hala'o ho osan **$1,742,510?**
- Atividades sira husi programa ne'e bele loke iha Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.30-32* hodi husu clarificação husi Governo.

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.30-32

Tabela 3.2 – Liderar a Estratégia Política do Governo e a Política Nacional

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		242,259	(%)
Programa A21: *Liderar a Estratégia Política do Governo e a Política Nacional*	Salários e Vencimentos	0.00	0%
	Bens e Serviços Correntes	242,259	100%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, osan 100% alocado iha Bens e Serviços Correntes.
- Atividade principal saída deit mak sei hala'o ho osan **$242,259?**
- Atividades sira husi programa ne'e bele loke iha Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.30-32* hodi husu clarificação ba Governo.

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.30-32

Referências:

- Execução OGE 2023 nian husi Primeiro Ministro (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Primeiro Ministro (PPL OGE 2024, p. 19).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.30-32.*

Audiência com o Gabinete do Primeiro-Ministro

Na ausência do Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, esteve presente em sua representação o seu substituto, o assessor-executivo sénior Senhor José Estevão Soares, acompanhado da Diretora-geral senhora Úrsula Ferrão Pinto, e a Assistente do Primeiro Ministro, Titik Magno.
A senhora Diretora-geral fez a seguinte apresentação:

- Na retificação do OGE 2023, a dotação para o Gabinete do Primeiro Ministro baixou de 4.4 milhões para 3.5 milhões. Uma das razões para essa redução foi a retirada das dotações para os gabinetes dos Vice-Primeiros-ministros do orçamento do PM.
- A execução orçamental até fim de novembro foi de 87%.
- A proposta de orçamento para 2024 é de 3.2 milhões, menor ainda que o orçamento de 2023.

Às Questões dos Deputados responderam:

- Na categoria económica de "bens e serviços" já não se inclui a remuneração com pessoal contratado. No caso do gabinete do PM, as dotações contemplam as viagens do PM e os presentes para dignatários estrangeiros.
- As verbas para a capacitação dos recursos humanos, num valor de 800 mil, estão inscritas no FDCH e não nas dotações do Ministério.
- Os 87 funcionários estão divididos da seguinte maneira: 19 permanentes, 47 contratados, 18 assessores nacionais e 3 assessores internacionais

II.2.3. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros

O orçamento do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) para 2023 foi de $13.064.503. A proposta do OGE para 2024 é de $12.543.437, representando uma **redução de 3,98%** em relação a 2023.

1.1. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Presidência do Conselho de Ministros			
Classificação Económicas	OGE 2023		
	Dotação	Execução	
	($.000)	($.000)	(%)
Total	**13,144,503.00**	8,489,090.44	**66.5%**
Salários e Vencimentos	6,436,654.00	4,550,709.07	70.7%
Bens e Serviços	2,985,097.00	1,646,429.08	58.9%
Capital Menor	396,407.00	106,741.00	41.1%
Capital de Desenvolvimento	1,065,911.00	206,497.39	19.4%
Tranferências Públicas	2,260,434.00	2,106,464.00	93.2%
Current Liabilities	0.00	-39,607.03	0.0%

Observação:

To'o *fulan novembro 2023*, sura hamutuk ho compromissos no obrigações sira, execução orçamento husi Presidência do Conselho de Ministros atinge ona 66.5%. Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (70.7%), Bens e Serviços (58.9%), Capital Menor (41.1%), Capital de Desenvolvimento (19.4%), Transferências Públicas (93.2%), no Current Liabilities (0.0%).

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.2. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Presidência do Conselho de Ministros		
	PPL OGE 2024	
Classificação Económicas	**Dotação ($.000)**	**Distribuição**
Total	**12,543,437**	**(%)**
Salários e Vencimentos	5,992,168	47%
Bens e Serviços Correntes	3,025,968	24%
Transferências Públicas	2,345,283	19%
Capital Menor	100,000	1%
Capital de Desenvolvimento	1,080,000	9%
Observação: Haree husi classificação económicas, Salários e Vencimentos hetan persentagem boot liu (47%) no tuir mai Bens e Serviços Correntes (24%), Transferências Públicas (19%), enquanto Capital de Desenvolvimento no Capital Menor hetan alocação kiik husi 10%.		

Fontes: PPL OGE 2023, p.19.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Presidência do Conselho de Ministros aloca orçamento ba programa hat: *(1) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional; (2) Política Estratégia Nacional ; (3) Desenvolvimento do Setor da Comunicação Social; no (4) Desenvolver um Sistema de Comunicação Institucional do Governo.* Descrição orçamento ba programa rua ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

Tabela 3.1 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	Orçamento	Distribuição
Total		**3,032,415**	**(%)**
Programa 510: *Funcionamento e Desenvolvimento*	Salários e Vencimentos	1,447,588	48%
	Bens e Serviços Correntes	1,584,827	52%

Institucional	Transferências Públicas	0.00	0.0%
	Capital Menor	0.00	0.0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0.0%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, osan concentrado liu iha Bens e Serviços Correntes (52%), tuir mai Salários e Vencimentos (48%), enquanto classificação económica seluk la hetan alocação.
- Osan ho montante $1,584,827 ba Bens e Serviços Correntes ne'e hodi hala'o atividade saída deit?
- Atividades sira husi programa ne'e bele loke iha Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.33 - 39.*

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.33 - 39.*

Tabela 3.2 – Política Estratégia Nacional

Programa	**Classificação Económicas**	**PPL OGE 2024 ($'000)**	**Distribuição**
Total		**4,585,530**	**(%)**
Programa A29: *Política Estratégia Nacional*	Salários e Vencimentos	3,722,443	81%
	Bens e Serviços Correntes	863,087	9%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, despesa boot liu mak concentra iha Salários e Vencimentos (81%), no Bens e Serviços Correntes (9%), enquanto classificação seluk (0%).
- Montante $863,087 ne'ebé aloca iha Bens e Serviços Correntes ne'e hodi hala'o atividade saída?
- Atividades sira husi programa ne'e bele loke iha Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.33 - 39.*

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.33 - 39.*

Tabela 3.3 – Desenvolvimento do Setor da Comunicação Social

Programa	Classificação Económicas	Dotação PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**4,611,014**	**(%)**
Programa A33: *Desenvolvimento do Setor da Comunicação Social*	Salários e Vencimentos	822,137	18%
	Bens e Serviços Correntes	263,594	6%
	Transferências Públicas	2,345,283	51%
	Capital Menor	100,000	2%
	Capital de Desenvolvimento	1,080,000	23%

Observação:

- Percentagem boot liu aloca iha Transferências Públicas (51%), tuir mai Capital de Desenvolvimento (23%), Salários e Vencimentos (18%), enquanto classificação seluk menus husi (10%).
- Iha programa ida ne'e, prevê orçamento ho montante $2,345,283 ka 51% iha Transferências Públicas. Osan boot ne'e atu uza ba atividade saida? Beneficiarios husi orçamento ne'e ba see?
- Iha mós Capital de Desenvolvimento ho $1,080,000. Osan ida ne'e atu hodi harii ka desenvolve saida? Karik atu harii obra física ka sistema ruma, Deputado sira bele husu explicação.
- Atividades sira husi programa ne'e bele acesso iha Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.33 – 39* hodi desenvolve tan pergunta seluk.

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.33 - 39.*

Tabela 3.4 – Desenvolver um Sistema de Comunicação Institucional do Governo

Programa	Classificação Económica	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**314,478**	**(%)**
Programa A37: *Desenvolver um Sistema de Comunicação Institucional do Governo*	Salários e Vencimentos	0.00	0%
	Bens e Serviços Correntes	314,478	100%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Programa ida ne'e aloca totalmente ba iha Salários e Vencimentos (100%).
- Atividades sira husi programa ne'e bele acesso iha Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.33 – 39* hodi husu clarificação ba Governo kona-ba atividade sira ne'ebé desenvolve iha programa ida ne'e ho orçamento $314,478 ne'ebé concentrado iha Bens e Serviços.

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.33 - 39.*

Referências

- Execução OGE 2023 nian husi Presidência do Conselho de Ministros (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Presidência do Conselho de Ministros (PPL OGE 2024, p. 18).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.33 - 39.*

Audiência com o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros

Estiveram presentes:
Ministro da Presidência do Conselho de Ministros
Vice-ministro dos Assuntos Parlamentares
Centro Nacional Chega!, I.P.
Comissão Nacional da Função Pública (CFP)
Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT)
Inspeção Geral do Estado (IGE)

Na sua intervenção de abertura o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros referiu-se às presentes, para de seguida dar a palavra a cada uma, para fazerem a sua apresentação.

Às questões dos Deputados, responderam:

- Sobre a partição da execução orçamental, distinguindo o que foi a execução a partir do início do IX Governo, a PCM informou que até junho atingiu 38% de execução. Com o retificativo houve aumento do orçamento. Hoje a execução está em 66,5%. Temos a expetativa de ultrapassar os 90% até ao fim do ano.

- O AMRT sobre que medidas estão previstas para resolver, em 2024, o problema do regime contratual dos funcionários do AMTR, que são todos contratados e devem passar a funcionários do quadro, respondeu que aguarda a designação de funcionários por parte da CFP.
- O MPCM e o VMAP,
  a) Sobre os contratados, o Governo está a analisar o problema, que reconhece que é complexo e tem raízes políticas; são contratações de cariz político-partidária. Uma opção é realizar uma avaliação e efetivar os mais capazes.
  b) Sobre a reforma dos mais velhos, O Governo está a pensar em como incentivar os mais velhos a optarem pela reforma, como por exemplo através do pagamento de uma compensação financeira.

     O Governo sabe que uma das causas da não opção pela reforma são as pensões de reforma muito baixas, o que leva a uma queda drástica do poder compra dos reformados.
  c) Sobre a necessidade de aumento de salários da Função Pública, principalmente das categorias com remuneração mais baixas, não houve resposta.

Na apreciação, os Deputados:

- Identificaram a necessidade de o Governo definir uma estratégia a resolução do problema dos "funcionários contratados";
- Identificaram igualmente a necessidade de uma solução para motivar que os funcionários optem pela aposentação voluntária, quando atinjam os 60 anos. No estudo da CFP de Julho de 2023, sob o título "Desafios da Função Pública no IX Governo Constitucional", afirma-se que a idade média do funcionário público é de 46 anos (48 para os homens e 44 para as mulheres). Afirmam que são aproximadamente 4 000 os funcionários com mais de 60 anos de idade, representando cerca de 10% do total de funcionários públicos.
- A autorização legislativa para o Governo legislar sobre a reforma obrigatória - Lei n.º 1/2023, de 18 de janeiro - que tinha a duração de 180 dias, caducou em 19 de julho de 2023. Durante as audições o Governo não anunciou a intenção de renovar o pedido de autorização legislativa nessa matéria.

- Que o Estado de Timor-Leste ainda não ratificou a "Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra os Desaparecimentos Forçados", que se afigura necessária para a prossecução mais cabal de alguns aspetos da missão e do trabalho do Centro Chega!, a nível interno e a nível internacional.

II.2.4. Ministério da Justiça

O orçamento do Ministério da Justiça para 2023 foi de US$ 14.384.399. A proposta do OGE para 202 é de US $13.527.213, o que representa uma **redução de 5.95 %** em relação a 2023.

1.3. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Ministério da Justiça			
Classificação Económicas	**OGE 2023**		
	Dotação	**Execução**	
	($.000)	**($.000)**	**(%)**
Total	**14,384,399.00**	**9,257,414.38**	**75.5%**
Salários e Vencimentos	8,424,898.00	6,326,233.73	75.5%
Bens e Serviços	5,252,817.00	2,828,683.86	80.3%
Capital Minor	304,684.00	27,750.00	70.2%
Capital de Desenvolvimento	402,000.00	105,685.93	26.8%
Tranferências Públicas	0.00	0.00	0%
Current Liabilities	0.00	-30,939.14	0%

Observação:

- To'o iha *fulan novembro 2023*, sura hamutuk ho compromissos no obrigações sira, execução orçamento husi Ministério da Justiça atinge ona 75.5%. Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (75.5%), Bens e Serviços (80.3%), Capital Minor (70.2%), Capital de Desenvolvimento (26.8%), Transferências Públicas (0.0%), no Current Liabilities (0.0%).

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.4. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Ministério da Justiça		
Classificação Económicas	**PPL OGE 2024**	
	Dotação ($.000)	**Distribuição**
Total	**13,527,213**	**(%)**
Salários e Vencimentos	8,522,192	63%
Bens e Serviços Correntes	3,869,046	29%
Transferências Públicas	0.00	0%
Capital Minor	915,250	6%
Capital de Desenvolvimento	220,725	2%

Observação:
• Haree husi classificação económicas, percentagem boot liu aloca iha Salários e Vencimentos (63%), Bens e Serviços (29%), enquanto classificação seluk hetan alocação menus husi (10%).

Fontes: PPL OGE 2024, p.21.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Ministério da Justiça aloca orçamento ba programa hat: *(1) Reformas do Estado; (2) Acesso à Justiça; (3) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional; no (4) Inclusão Social.* Descrição orçamento ba programa hat ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

Tabela 3.1 – Reformas do Estado

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**196,976**	**(%)**
Programa 029: *Reformas do Estado*	Salários e Vencimentos	195,376	99%
	Bens e Serviços Correntes	1,600	1%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Minor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%
Observação: • Dotação orçamento ba programa ida ne'e kuaze ba hotu Salários e Vencimentos (99%), enquanto Bens e Serviços Correntes hetan deit fatia (1%). Atividade saída deit mak desenvolve husi programa ida ne'e ho osan $195,376 concentrado iha Salários e Vencimentos? Programa Reformas do Estado iha contexto Ministério da Justiça ne'e inclui atividade concreta saída deit? • Nune'e mós osan $1,600 iha Bens e Serviços Correntes ne'e atu usa ba saída? • Detalhos husi programa ida ne'e bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 116 - 130 hodi levanta questão ba Governo.			

Tabela 3.2 – Acesso à Justiça

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**9,722,817**	**(%)**
Programa 392: *Acesso à Justiça*	Salários e Vencimentos	6,529,610	67%
	Bens e Serviços Correntes	2,216,832	23%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Minor	755,650	8%
	Capital de Desenvolvimento	220,725	2%
Observação:			

- Dotação orçamento ba programa ida ne'e boot liu iha Salários e Vencimentos (67%), tuir mai Bens e Serviços Correntes hetan fatia (23%), Capital Minor (8%) no Capital de Desenvolvimento (2%). Atividade saída deit mak desenvolve husi programa ida ne'e ho osan $6,529,610 concentrado iha Salários e Vencimentos? Nune'e mós despesa $2,216,832 sei abrange atividade saida deit iha Programa Acesso à Justiça?
- Nune'e mós osan iha Capital Minor no Capital de Desenvolvimento sei usa ba saida?
- Detalhos husi programa ida ne'e bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 116 - 130 hodi levanta questão ba Governo.

Tabela 3.3 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**3,602,680**	**(%)**
Programa 510: *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*	Salários e Vencimentos	1,797,206	50%
	Bens e Serviços Correntes	1,645,874	46%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Minor	159,600	4%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Dotação orçamento ba programa ida ne'e maioria iha Salários e Vencimentos hamutuk (50%), tuir mai Bens e Serviços Correntes (46%), no Capital Minor (4%). Classificação seluk la hetan dotação.
- Detalhos kona-ba atividade sira husi programa ida ne'e bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 116 - 130 hodi levanta questão ba Governo.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.116-130

Tabela 3.4 – Inclusão Social

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**4,740**	**(%)**
Programa 980: *Inclusão Social*	Salários e Vencimentos	0.00	0%
	Bens e Serviços Correntes	4,740	100%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Minor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Dotação orçamento ba programa ida ne'e 100% ba iha Bens e Serviços Correntes ho valor $4,740, enquanto classificação seluk la hetan alocação ruma.
- Detalhos kona-ba atividade sira husi programa ida ne'e bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 116 - 130 hodi levanta questão ba Governo.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.116-130.

Referências

- Execução OGE 2023 nian husi Ministério da Justiça (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Ministério da Justiça (PPL OGE 2024, p.21).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.116 - 130.*

Audiência com o Ministério da Justiça e entidades tuteladas

Estiveram presentes:

O Vice-Ministro do Fortalecimento Institucional, Dr. Paulo dos Remédios, em representação do Ministro, que se encontrava ausente do país;

O Secretário de Estado de Terras e Propriedades, Eng. Jaime Xavier;

O Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), Dra. Marcelina Tilman;

A Comissão de Terras, representada pelo seu Secretário-executivo, Dr. Celito Cardoso;

A Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC), representado pelo Diretor de Finanças;

A Defensoria Pública, representada pela Defensora Pública Geral Adjunta, Dra. Olga Barreto Nunes.

Principais questões abordadas na audiência

As principais questões abordadas foram todas relacionadas com a apresentação e fundamentação da necessidade de dotações adicionais. Sobre as mesmas, a Comissão recebeu posteriormente o pedido formulado por escrito, incluindo todas os departamentos, exceto a Defensoria Pública e o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, totalizando 1.684.517 USD. A Defensoria apresentou o seu pedido por escrito em separado.

As intervenções vão resumidas da seguinte maneira.

A Diretora-geral de Administração e Finanças do Ministério da Justiça fez uma apresentação sumária da proposta de orçamento do Ministério da Justiça para 2024 e passou de seguida a apresentação do pedido de dotações adicionais, designadamente para a aquisição de viaturas para membros do Governo (Ministro, Vice-Ministro e Secretário de Estado), no valor de mais de 196 mil

O Secretário de Estado de Terras e Propriedades, que também solicita verbas adicionais, explicou que ao seu pedido de adicionais o Comité de Revisão Orçamental respondeu negativamente, razão pela qual vem solicitar à Comissão "A" que considere a apresentação de um adicional de $800.000.

Entregou um pedido por escrito, acompanhado da respetiva justificação, que foi distribuído aos Deputados, que depois foi incluído no pedido geral do Ministério da Justiça.

Pela Defensoria Pública também foi feito um pedido de verbas adicionais, num total de 1.267.874,94, destacando-se:

- 152.196 USD para "Salários e vencimentos, considerando que irão ingressar 9 novos defensores públicos, atualmente em formação, e também para a promoção de classe de defensores públicos e oficiais de justiça.
- 130.000 USD em "Bens e Serviços"
- 398.500para "Capital Menor" para aquisição de viaturas, motorizadas, laptops e aparelhos de ar condicionado
- 585.580,43 para "Capital de Desenvolvimento".

Remeteram posteriormente documento escrito com o pedido e a sua fundamentação.

Direção-Geral dos Registos e Notariado

- Explicou sobre a solução do "problema dos passaportes" e das dificuldades que ainda subsistem.
- Fez uma apresentação pormenorizada da necessidade de verbas adicionais, num total de $190.000 USD.
- Pretendiam recrutar 108 pessoas para prestar serviço nos Postos Administrativos, mas não obtiveram aprovação pelo Comité de Revisão Orçamental. Pede um adicional de $143.000 USD.

Centro de Formação Jurídica e Judiciária, também pediu verbas adicionais para:

- Abertura de mais 100 vagas para 2024 para curso de magistrados e defensores públicos;
- Para iniciar curso em 2024 para 36 advogados privados.

  Essas formações deveriam ser financiadas pelo FDCH, mas até ao presente momento não lhes foi facultada nenhuma informação pelo Fundo sobre a ausência destas verbas no OGE de 2024.

Comissão de Terras

- Relatou o trabalho atual da Comissão e o número de casos já resolvidos.
- A Comissão ainda não tem instalações e nem transporte, para o que pede uma verba adicional de $47.000

Polícia Científica de Investigação Criminal

- Pediu um adicional ao Fundo de Infraestruturas, para a construção do edifício. Para outras categorias não precisam de adicionais.

Direção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social

- Tomou a palavra para reforçar o pedido de adicional apresentado pela Diretora-geral de Administração e Finanças.

Os Deputados colocaram as seguintes questões:

- Sobre se defenderam a sua proposta inicial junto do Comité de Revisão Orçamental e qual foi o argumento do Comité de Revisão Orçamental para rejeitar os aumentos solicitados, tendo em vista que as áreas para as quais pedem verbas adicionais são de extrema importância para a prestação de serviços de justiça.

- Sobre que papel o MJ se atribui no processo de efetivar o funcionamento das Comissões de Recrutamento, em vista da sua paralisação por falta de decreto de nomeação por parte do Presidente da República.

- Assim também em relação à Comissão de Reforma do Judiciário, em relação à qual os Deputados pretenderam perceber o nível de articulação e coordenação entre esta e o MJ, na conceção e implementação das políticas de reforma do Judiciário.

- Sobre a necessidade de melhorar o atendimento no fornecimento dos passaportes, o Vice-Ministro explicou que tem havido uma enorme afluência aos serviços, porque houve uma interrupção de 8 meses na concessão de passaportes; Embora isto corresponda a uma situação extraordinária, em termos de volume de trabalho, os problemas que se lhes apresentaram ajudaram-lhes a identificar fraquezas de que não tínhamos consciência, como sejam, as condições de atendimento, as condições de climatização da sala de abrigo dos servidores, a necessidade de impressoras mais modernas para os BI's e passaportes. Estas são novas necessidade que motivam o nosso pedido de adicionais.

- Sobre a gestão das terras do Estado, o Secretário de Estado explicou que foi emitida uma instrução às direções municipais para procederem a um inventário das terras disponíveis e que podem ser destinadas a arrendamento a investidores. Há um esforço para rentabilizar, em termos de receitas, o valor económico da terra.

- Sobre os cursos de formação no CFJJ, foi feita uma explicação mais detalhada do 8º Curso, sendo 40 vagas para o Ministério Público, 30 para Juízes e 30 para Defensores Públicos. Estes números estão concebidos para responder às necessidades de instalação de novos tribunais de primeira instância, o novo Tribunal de Recurso e o Supremo Tribunal de Justiça.

Em apreciação pela Comissão

- Tomou a palavra o Presidente da Comissão para se referir aos pedidos de adicionais, dizendo que Parlamento tem a obrigação de respeitar os princípios que guiam o nosso sistema orçamental, segundo os quais a iniciativa da proposta é exclusiva do Governo, que a apresenta com base em programas e objetivos e fundamenta as suas opções, e circunscreve-as no contexto exposto no relatório de fundamentação. O Parlamento deve ter uma intervenção conservadora, não invadindo a esfera de iniciativa orçamental do Governo, o que aconteceria com alterações que podem pôr em causa as opções e prioridades definidas.

- Ainda sobre o pedido de adicionais, os Deputados também sugeriram que o MJ faça uma abordagem ao PM e à Ministra das Finanças, para tentar colmatar as carências de financiamento adicional de que precisam, identificando em conjunto onde se podem fazer cortes para esse fim, designadamente na dotação para apoio à sociedade civil.

II.2.5. Ministério da Administração Estatal

O orçamento do Ministério da Administração Estatal para 2023 foi de US $52.764.796. A proposta do OGE para 2024 é de $54.409.666, o que representa um **aumento de 3,11 %** em relação 2023.

1.1. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Ministério da Administração Estatal			
Classificação Económicas	OGE 2023		
	Dotação	Execução	
	($.000)	($.000)	(%)
Total	**52,764,796.00**	**43,409,391.16**	**85%**
Salários e Vencimentos	11,051,149.00	7,584,235.68	68.6%
Bens e Serviços	4,514,580.00	1,940,300.28	69.1%
Capital Menor	1,739,960.00	257,209.00	20.6%
Capital de Desenvolvimento	635,000.00	145,325.10	28%
Tranferências Públicas	34,824,107.00	33,532,151.35	96.6%
Current Liabilities	0.00	-49,830.25	0%

Observação:

- To'o iha *fulan novembro 2023*, sura hamutuk ho compromissos no obrigações sira, execução orçamento husi Ministério da Administração Estatal atinge ona 85%. Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (68.6%), Bens e Serviços (69.1%), Capital Menor (20.6%), Capital de Desenvolvimento (28%), Transferências Públicas (96.6%), no Current Liabilities (0%).

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.2. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Ministério da Administração Estatal		
	PPL OGE 2024	
Classificação Económicas	Dotação ($.000)	Distribuição
Total	**54,409,666**	**(%)**
Salários e Vencimentos	13,560,352	24%
Bens e Serviços Correntes	11,705,694	22%
Transferências Públicas	27,157,020	50%
Capital Minor	1,986,600	4%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Haree husi classificação económicas, Transferências Públicas hetàn percentagem boot liu (50%) entre classificação económicas seluk iha despeza Ministério da Administração Estatal ba tinan 2024. Tuir fali mak Salários e Vencimentos (24%), Bens e Serviços Correntes (22%), Capital Minor (4%), enquanto Capital de Desenvilvimento (0%).

Fontes: PPL OGE 2024, p.22.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Ministério da Administração Estatal aloca orçamento ba programa lima: *(1) Descentralização Administrativa e Poder Local; (2) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional; (3) Inclusão Social; (4) Toponimia e Organização Urbana; no (5) Desenvolvimento Local.* Descrição orçamento ba programa lima ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

***Tabela 3.1** – Descentralização Administrativa e Poder Local*

Programa	Classificação Económicas	Orçamento	Distribuição
Total		**30,482,492**	**(%)**
Programa 025: *Descentralização Administrativa e Poder Local*	Salários e Vencimentos	3,416,880	11%
	Bens e Serviços Correntes	3,839,552	13%
	Transferências Públicas	23,226,060	76%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, osan boot liu concentra iha Tranferências Públicas (76%), tuir mai Bens e Serviços Correntes (13%), Salários e Vencimentos (11%), enquanto classificação seluk laiha dotação.
- Ho osan $23,226,060 boot ne'ebé coloca iha Transferências Públicas ne'e atu usa oinsá no ba atividade saida? Se mak sei sai grupo beneficiário husi osan montante ida ne'e?
- Nune'e mós osan iha Bens e Serviços Correntes ($3,839,552) husi programa ida ne'e atu hodi harii saída?
- Osan ne'ebé aloca iha Salários e Vencimentos ho valor $3,416,880 ne'e relativamente boot. Funcionário hira mak serviço ba programa ida ne'e? Sira ninia estatuto oinsa?
- Detalhos husi programa ida ne'e bele haree iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 131 - 148.

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.131 - 148.*

Tabela 3.2 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**20,842,366**	**(%)**
Programa 510: ***Funcionamento e Desenvolvimento***	Salários e Vencimentos	9,616,264	46%
	Bens e Serviços Correntes	6,208,542	30%

Institucional	Transferências Públicas	3,030,960	15%
	Capital Menor	1,986,600	9%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Salários e Vencimentos hetan fatia boot liu ka 46% husi total orçamento ne'ebé aloca iha programa ida ne'e. Tuir fali, Bens e Serviços Correntes (30%), Transferências Públicas (15%), no Capital Menor (9%). Laiha alocação montante ruma ba iha Capital de Desenvolvimento.
- Osan hirak ne'ebé aloca iha Bens e Serviços ($6,208,542) no Transferências Públicas ($3,030,960) atu uza ba atividade saida no sá beneficio mak sei resulta husi montante ida ne'e?
- Nune'e mós aquisição saida mak Ministério ne'e sei halo ho orçamento Capital Menor $1,986,600 ne'ebé aloca iha program aida ne'e?
- Detalhos husi programa ida ne'e bele haree iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 131 - 148.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.131-148

Tabela 3.3 – Inclusão Social

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**46,800**	**(%)**
Programa 980: *Inclusão Social*	Salários e Vencimentos	0.00	0%
	Bens e Serviços Correntes	46,800	100%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, osan aloca hotu ba Bens e Serviços Correntes (100%), enquanto classificação seluk (0%).
- Detalhos husi programa ida ne'e bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 131 – 148 hodi husu clarificação ba Governo.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.131-148.

Tabela 3.4 – Toponimia e Organização Urbana

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**1,590,744**	**(%)**
Programa A23: *Toponimia e Organização Urbana*	Salários e Vencimentos	273,744	17%
	Bens e Serviços Correntes	1,317,000	83%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Alocação concentrado liu ba iha Bens e Serviços Correntes (83%), tuir fali Salários e Vencimentos (17%), enquanto classificação seluk 0%.
- Osan $1,317,000 ba Bens e Serviços ne'e hodi suporta atividade saída deit?
- Atividades sira husi programa ne'e bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 131 – 148 hodi husu clarificação ba Governo.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.131-148.

Tabela 3.5 – Desenvolvimento Local

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2023 ($'000)	Distribuição
Total		**1,447,264**	**(%)**
Programa A24: *Desenvolvimento Local*	Salários e Vencimentos	253,464	18%
	Bens e Serviços Correntes	293,800	20%
	Transferências Públicas	900,000	62%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Programa ida ne'e aloca osan boot liu iha Transferências Públicas (60%). Osan montante $900,000 husi Programa Desenvolvimento Local ne'e atu fó ba see no hodi halo saída?
- Nune'e mós osan 293,800 ba Bens e Serviços Correntes ne'e hodi suporta atividade saída deit em termos de Programa Desenvolvimento Local?
- Atividades sira husi programa ne'e bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 131 – 148 hodi husu clarificação ba Governo.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.131-148.

Referências

- Execução OGE 2023 nian husi Ministério da Administração Estatal (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Ministério da Administração Estatal (PPL OGE 2024, p. 22).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.131-148.*

Audiência com o Ministério da Administração Estatal

Esta audiência foi feita em conjunto com a Comissão de Finanças Públicas e a Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania. A sessão foi presidida pela Presidente da Comissão de Finanças Públicas.

Estiveram presentes:
O Ministro da Administração Estatal, Sr. Tomás Cabral do Rosário
O Vice-ministro da Administração Estatal, Sr. Rigoberto de Deus
O Secretario de Estado do Desenvolvimento Local, Sr. Mateus dos Santos Tallo
O Secretário de Estado dos Assuntos da Toponímia e da Organização Urbana, Sr. Germano Santa Brites Dias
Administradores dos Municípios
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE)
Arquivo Nacional de Timor-Leste
Instituto Nacional da Administração Pública (INAP)

Após breve apresentação da proposta de orçamento do Ministério, pelo Ministro, foi aberta a oportunidade para perguntas e comentários por parte dos Deputados e, seguindo-se uma pausa, as respetivas respostas por parte do Ministro da Administração Estatal.

Por causa do limitado tempo que restou para as respostas por parte do Ministro, acordou-se que as questões que ficaram sem resposta na audiência, seriam respondidas por escrito e remetidas ao Parlamento Nacional, a tempo de serem consideradas nos relatórios e pareceres das Comissões.

As principais questões abordadas na audiência:

- O programa "merenda escolar", que é gerido pelas administrações dos Postos Administrativos e orçamentado na categoria "transferências públicas".
  a) Sobre a redução da dotação orçamental em relação a 2023, esta foi justificada como resultado de uma revisão do preço unitário para 0,42 centavos.
  b) Sobre a auditoria à merenda escolar, o Ministro referiu que o Programa está sujeito não só à Inspeção do Ministério da Educação como também à inspeção do MAE. Há também a intervenção da Inspeção Geral do Estado. Acrescentou que as despesas da merenda escolar são geridas através do *free-balance*, o que permite o acesso imediato à informação sobre a execução das despesas.

- O programa "Uma Kbi'it La'ek" / "Uma Naroman ba Povo", em relação ao qual foram feitas referências a:
  a) Queixas de favoritismos na escolha dos beneficiários;
  b) Irregularidade, que constam inclusive de relatórios de organizações que realizam a auditoria social, e à necessidade de haver uma investigação ou auditoria à forma como o programa está a ser implementado;

c) À necessidade de transparência quanto aos saldos dos chefes de sucos e transição para os novos chefes de suco, acabados de eleger para implementação programa "Uma Kbi'it La'ek" e "Uma Kbi'it La'ek Plus" (distribuição de folhas de zinco);

O Ministro informou que este programa é gerido por "transferências publicas" para os Sucos e na sua implementação há um total envolvimento dos Conselhos dos Sucos, aditando que, por causa das suspeitas de que se tem falado, o programa está sob auditoria.

- Sobre a iniciativa "Balcão único", à pergunta dos Deputados sobre se já há algum em funcionamento e que áreas cobre, respondeu o Ministro dizendo que se trata de um projeto com a cooperação do PNUD. Já existe em Ermera e que se seguirá Liquiça e Ataúro. Em Dili contará com a cooperação da UCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa) e da Câmara Municipal de Lisboa.

- Gestão de lixo em Dili e redução do uso de plástico, onde, na apreciação dos Deputados, parece que não tem havido sucesso, O Ministro admitiu que é de facto um grande problema e o Governo tem investido bastante dinheiro. A Presidente da Autoridade respondeu dizendo que parte das dificuldades deriva do incumprimento por parte dos cidadãos e estabelecimentos comerciais dos locais e dos horários e a separação dos lixo doméstico e lixo comercial, cujo transporte para a lixeira de Tibar ficaria a cargo dos próprios estabelecimentos.

- Foram feitas observações e perguntas sobre:
  a) Programa R4D
  b) Conservação e higiene dos sítios turísticos de Cristo Rei e Estátua do Papa João Paulo SI em Tasi Tolu:
  c) O "estatuto" das contas bancárias dos Sucos, em relação às recentes eleições e substituição dos chefes de suco.
  d) Diretores municipais, que não tem departamento nem funcionários.
  e) Programa Mão de Obra dos Postos Administrativos (PMOPA): sobre o fato de ter deixado de figurar entre os programas do MAE, o Ministro explicou que os mesmo devem ser deixados às administrações municipais.
  f) Mercado de Comoro, em Dili.
  g) Sobre a instalação do poder local? Que preparativos vão ser feitos? Que montantes estão previstos?

- Competência dos administradores municipais, relativamente à perceção de que o Ministério teria imposto limitações, através de uma ordem de serviço circular emitida por um Diretor-Geral. O Ministro Respondeu que depois da promulgação do Decreto-lei n.º 84/2023, de 23 de novembro que determina a cessação dos mandatos, exarou um despacho para o Diretor-geral, instruindo-o a comunicar aos Administradores os termos em que deveriam ser cumpridas aquelas determinações legais.

- Funções e responsabilidades que podiam ser delegadas às administrações municipais em vez de centralizar no Ministério, como é o caso do "Centro de acolhimento multifunção" e a

toponímia e a organização urbana (através de uma Direção Nacional). Sobre a toponímia, o Ministro respondeu que o orçamento não é apenas para melhorar as placas com os nomes das ruas, mas também para o mapeamento das "unidades administrativas existentes". Falou das receitas de estacionamento em Dili e a perspetiva de alargar a iniciativa a outras cidades do país.

- Sobre que atividades e que beneficiários se pretendem financiar com as dotações da categoria "Transferências públicas", o Ministro respondeu que as transferências se destinam aos municípios.

- Sobre que atividades se pretendem financiar com a dotação de 1.9 milhões da categoria "Capital Menor", o Ministro respondeu que estão incluídos nessa dotação a organização de cerimónias comemorativas nacionais, o apoio a outras entidades na realização dos seus eventos comemorativos.

- Categoria "Bens e Serviços": para quê atividades?

- Sobre a não atualização do registo dos eleitores pelo STAE, o Ministro respondeu que para se fazer a atualização do cartão biométrico precisaríamos de cerca de 20 milhões. A "lavagem do sistema" é de facto cara: os servidores mais baratos custam mais de 20 mil. Quinhentos e tal mil para a lavagem do sistema e cento e tal mil para a assessoria técnica. Aproveitou para referir que o Governo quer avançar para a elaboração de um código eleitoral.

Em apreciação pela Comissão

- **Sobre o Programa Uma Kbi'it La'ek,** a Comissão aproveita a oportunidade para relembrar que este tema foi objeto de profunda apreciação aquando da apresentação do OGE de 2023, tendo sido oferecido à Comissão uma ampla explicação sobre os procedimentos aplicados, com vista a garantir a participação da comunidade e transparência. Reproduzimos:

> *"Diretora PNDS explicou os critérios aplicáveis à identificação e seleção de beneficiários, os quais constam de decreto próprio. Há uma equipa de 11 pessoas, liderado pelo Chefe de Suco, à qual compete fazer a verificação da seleção dos beneficiários, com deslocações ao terreno e entrevista aos candidatos a beneficiários. Tem havido cumprimento escrupuloso do procedimento legal aplicável."*

Legislação aplicável:

Decreto-Lei 25/2022, de 19/05/2022 - PROGRAMA UMA BA EMA KBIIT LAEK PLUS (Criação e aprovação das normas de execução do programa "Uma ba Ema Kbiit Laek Plus" ("UKL+"), integrado no Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos (PNDS))

Diploma Ministerial 53/2022, de 09/11/2022 - REGULAMENTA O PLANEAMENTO, A CONCESSÃO E A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO SOCIAL UMA BA EMA KBIIT LAEK

Diploma Ministerial 56/2022, de 17/11/2022 - REGULAMENTA O PLANEAMENTO, A CONCESSÃO E A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO SOCIAL UMA BA EMA KBIIT LAEK PLUS

- **Sobre a cessação dos mandatos dos Administradores municipais**: Com efeito, pelo Decreto-Lei n.º 84/2023, de 23 de novembro, procedeu-se à 5.a alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2016, de 16 de março, sobre o Estatuto das Administrações Municipais, das Autoridades Municipais e do Grupo Técnico Interministerial para a Descentralização Administrativa. Este Decreto-lei determina a "extinção" das "nomeações e comissões de serviço dos Presidentes das Autoridades Municipais, dos Administradores Municipais, dos Secretários Municipais, dos Diretores de Serviços Municipais e dos Administradores dos Postos Administrativos, mantendo-se os mesmos transitoriamente em funções até à sua recondução ou substituição." (n.º 1 do artigo 6.º). Determina ainda que os titulares desses cargos se mantêm em funções, porém limitadas ao exercício de atos de gestão corrente dos serviços (n.º 2 do artigo 6.º).

- **Sobre a gestão de lixo na cidade de Dili**, tratando-se de um assunto recorrente, a Comissão aproveita para recuperar o que foi dito na apreciação do OGE para 2023:

  - Recolha de lixo em Dili, pelo Presidente da Autoridade Municipal de Dili foi dito o seguinte: "A Câmara de Contas deu visto no mês de Abril e só depois disso se avançou para assinatura dos contratos, os quais foram assinados recentemente (agosto). São três contratos, todos de valor superior a cinco milhões: Contrato de aquisição de contentores e de viaturas de recolha e transporte de lixo e contrato de gestão do Aterro de Tibar. O financiamento é do Fundo de Infraestruturas".

  - Nas suas conclusões e recomendações a Comissão afirmou que "*tomou nota da implementação do projeto de recolha e tratamento de lixo em Dili, bem como da natureza dos constrangimentos com que se deparou a dita implementação, conforme foi exposto pelo Ministro da Administração Estatal*". RECOMENDOU "*um melhor planeamento das fases e da calendarização da sua execução, de modo a antecipar e contornar os constrangimentos de tempo; e deste modo permitir acelerar a implementação deste importante projeto.*"

II.2.6. Tribunais

O orçamento para 2023 foi de US $7.516.068. A proposta de orçamento para 2024 é de US $5.579.943, representando uma **redução de -25,75 %.**

1.1. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Tribunais			
Classificação Económicas	OGE 2023		
	Dotação	Execução	
	($.000)	($.000)	(%)
Total	**7,516,068.00**	**4,498,505.28**	**68.9%**
Salários e Vencimentos	5,319,218.00	3,471,312.05	66.8%
Bens e Serviços	1,178,640.00	721,834.32	77.1%
Capital Minor	530,210.00	264,546.00	94.3%
Capital de Desenvolvimento	481,000.00	60,034.67	48%
Tranferências Públicas	7,000	500.00	7.1%
Current Liabilities	0.00	-19,721.76	0%
Observação: To'o iha *fulan novembro 2023*, sura hamutuk ho compromissos no obrigações sira, execução orçamento husi Tribunais atinge 68.9%. Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (66.8%), Bens e Serviços (77.1%), Capital Minor (94.3%), Capital de Desenvolvimento (48%), Transferências Públicas (7.1%), no Current Liabilities (0%).			

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.2. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Tribunais		
Classificação Económicas	PPL OGE 2024	
	Dotação ($.000)	Distribuição
Total	**5,579,943**	**(%)**
Salários e Vencimentos	3,924,650	70%
Bens e Serviços Correntes	948,027	17%
Transferências Públicas	7,000	0,1%
Capital Minor	400,000	7%
Capital de Desenvolvimento	300,266	5%
Observação: Haree husi classificação económicas, Salários e Vencimentos hetan percentagem boot liu (70%) entre classificação económicas seluk iha despeza Tribunais nian ba tinan 2024. Tuir fali mak Bens e Serviços Correntes (17%), Capital Minor (7%), Capital de Desenvolvimento (5%), no Transferências Públicas (0,1%).		

Fontes: PPL OGE 2024, p.27-28.

1.3. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Tribunais aloca orçamento ba programa tolu: *(1) Aproximar os Serviços dos Tribunais da População; (2) Acesso à Justiça; (3) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional.* Descrição orçamento ba programa tolu ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

***Tabela 3.1** – Aproximar os Serviços dos Tribunais da População*

Programa	Classificação Económicas	Orçamento	Distribuição
Total		**4,498,001**	**(%)**
Programa 171:	Salários e Vencimentos	3,924,650	87%

Aproximar os Serviços dos Tribunais da População	Bens e Serviços Correntes	273,085	6%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Minor	0.00	00%
	Capital de Desenvolvimento	300.266	7%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, osan boot liu concentra iha Salários e Vencimentos (87%), tuir mai Capital de Desenvolvimento (7%), Bens e Serviços Correntes (6%), enquanto classificação seluk laiha dotação.
- Osan boot $3,924,650 iha Salaríos e Vencimentos ne'e selu pessoal hira mak serviço iha programa ida ne'e? Sira-nia estatutu oinsa?
- Detalhos husi programa ida ne'e bele haree iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 236 - 238.

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.236 -238.*

Tabela 3.2 – Acesso à Justiça

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**55,000**	**(%)**
Programa 392: ***Acesso à Justiça***	Salários e Vencimentos	0.00	0%
	Bens e Serviços Correntes	55,000	100%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, osan aloca hotu ba Bens e Serviços Correntes (100%), enquanto classificação seluk (0%).
- Detalhos husi programa ida ne'e bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 236 – 238 hodi husu clarificação ba Governo.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.236-238.

Tabela 3.3 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**1,026,942**	**(%)**
Programa 510: *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*	Salários e Vencimentos	0.00	0%
	Bens e Serviços Correntes	619,942	60%
	Transferências Públicas	7,000	1%
	Capital Minor	400,000	39%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Orçamento ba programa ida ne'e maioria aloca iha Bens e Serviços Correntes (60%), no Transferências Públicas (15%), enquanto Capital Menor no Transferências Públicas hetan fatia (39%) no (1%), respetivamente. Laiha alocação montante ruma ba iha Salários e Vencimentos no Capital de Desenvolvimento.
- Osan hirak ne'ebé aloca iha Bens e Serviços ($619,942) no Capital Minor ($400,000) atu uza ba atividade saida no sá beneficio mak sei resulta husi montante hirak ne'e?
- Nune'e mós ho orçamento iha Transferências Públicas $7,000 ne'ebé aloca iha programa ida ne'e atu halo saida?
- Detalhos husi programa ida ne'e bele haree iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 236 - 238.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.236-238

Referências

- Execução OGE 2023 nian husi Tribunais (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Tribunais (PPL OGE 2024, p. 27-28).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.236-238.*

Audiência com os Tribunais

Esteve presente o Presidente do Tribunal de Recurso e Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, acompanhado de dirigentes dos serviços administrativos e financeiros.

Sobre o OGE 2024, o Presidente do TR pronunciou-se nos seguintes termos:

- Que na discussão no CRO, este órgão aceitou os pedidos de adicionais dos Tribunais, porém na versão final da proposta de OGE 2024 houve uma redução dos 6 milhões e tal para 5.5 milhões. Esta redução vai causar enormes problemas na implementação dos programas e atividades.
- A manutenção das viaturas, com uma dotação superior a 70 mil, passa a ser feita pelo Ministério das Finanças/Gestão Património, retirando a autonomia dos Tribunais, consagrada na Lei da Organização Judiciária, artigo 3.º.
- Outra questão preocupante é a transição da dotação para salários dos assessores internacionais dos Tribunais para "Dotação Geral do Estado". Colocando a dotação neste capítulo, significa retirar a autonomia aos Tribunais, isto fará com que os Tribunais só poderão celebrar contratos com a anuência do Ministério das Finanças, que passará a ser parte nos contratos a assinar com os assessores. Entendem que é uma violação da Lei da Organização Judiciária. E além, disso, é um procedimento que não se aplica a outros órgãos de soberania.
- Quanto a "Capital Menor" os 700 mil acordados no CRO, foram reduzidos para 300 mil.

Estas questões são objeto de um ofício dirigido à Comissão depois da audiência.

<u>Principais questões abordadas na audiência</u>

- A relativamente baixa taxa de execução orçamental de 2023, que é nesta data de 68,9 %, tem como causa, na explicação do Presidente do TR o facto de que em 2023 a dotação para salários foi superior à dotação para Capital de Desenvolvimento. Porém, não foi possível concluir o recrutamento de novos juízes, porque estes não concluíram a sua formação em 2023. Também havia a expectativa de formar e recrutar novos oficiais de justiça, mas o CFJJ não tinha espaço/salas de aulas suficientes para acolher esta formação, uma vez que tem em curso outras três formações.

- Efetivação da autonomia administrativa e financeira, que já era uma prática bem estabelecida, e agora passou a ter consagração legal na Lei da Organização Judiciária.

  Na opinião dos Tribunais, é neste quadro da autonomia que de insere a questão da manutenção das viaturas, que tem como razões adicionais o facto de que estas ações de manutenção têm de ser céleres, para uma resposta mais efetiva e sem burocracia, pelo que a dotação para este fim tem de se manter nos Tribunais e não no Ministério das Finanças.

- A construção de edifícios para os tribunais, que ora está em curso, devem continuar a ser apoiadas. O Presidente do TR fez um resumo do estado das construções atuais e das construções planeadas. A obra do Tribunal de Dili, já vai em mais de 90% e espera-se que seja inaugurada neste mês de dezembro ou em janeiro do próximo ano. Para o próximo ano pretende-se iniciar a construção de 3 tribunais, em Ermera, Liquiça e Bobonaro.

Em apreciação pela Comissão

- Relativamente à transição da dotação para salários de assessores internacionais para "Dotação Geral do Estado, a Comissão apurou junto do Governo que se trata de uma medida transitória, inserida no quadro das reformas do Judiciário que o Governo está a preparar. O Governo assegurou que os montantes acordados para os Tribunais não serão reduzidos em circunstância alguma.

II.2.7. Procuradoria Geral da República

O orçamento para 2023 foi de US $5.475.170. A proposta de orçamento para 2024 é de US $3.692.631, representando uma **redução de 32,55 %** em relação a 2023.

1.1. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Procuradoria Geral da República			
Classificação Económicas	OGE 2023		
	Dotação	Execução	
	($.000)	($.000)	(%)
Total	**5,475,170.00**	**4,133,567.27**	**82.2%**
Salários e Vencimentos	3,407,186.00	2,718,783.77	79.8%
Bens e Serviços	1,168,954.00	680,884.93	84.7%
Capital Minor	792,650.00	686,697.55	93.3%
Capital de Desenvolvimento	106,380.00	60,519.44	59.1%
Tranferências Públicas	0.00	0.00	0.0%
Current Liabilities	0.00	-13,318.42	0.0%

Observação:

To'o iha *fulan novembro 2023*, sura hamutuk ho compromissos no obrigações sira, execução orçamento husi Procuradoria Geral da República atinge 82.2%. Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (79.8%), Bens e Serviços (84.7%), Capital Minor (93.3%), Capital de Desenvolvimento (59.1%), Transferências Públicas (0%), no Current Liabilities (0%).

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.2. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Procuradoria Geral da República		
Classificação Económicas	PPL OGE 2024	
	Dotação ($.000)	Distribuição
Total	**3,692,631**	**(%)**
Salários e Vencimentos	2,879,881	78%
Bens e Serviços Correntes	757,678	21%
Transferências Públicas	0.00	0%
Capital Minor	0.00	0%
Capital de Desenvolvimento	55,072	1%
Observação: Haree husi classificação económicas, Salários e Vencimentos hetan percentagem boot liu (78%) entre classificação económicas seluk iha despeza Procuradoria Geral da República nian ba tinan 2024. Tuir fali mak Bens e Serviços Correntes (21%), Capital de Desenvolvimento (1%), enquanto classificação económicas seluk laiha dotação.		

Fontes: PPL OGE 2024, p.28.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Procuradoria Geral da República aloca orçamento ba programa rua: *(1) Acesso à Justiça; no (2) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional.* Descrição orçamento ba programa rua ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

Tabela 3.1 – Acesso à Justiça

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**156,272**	**(%)**
Programa 392: ***Acesso à Justiça***	Salários e Vencimentos	0.00	0%
	Bens e Serviços Correntes	101,200	65%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	55,072	35%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, osan aloca barak liu ba Bens e Serviços Correntes (65%) no Capital de Desenvolvimento (35%), enquanto classificação seluk (0%).
- Detalhos husi programa ida ne'e bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 239 – 240 hodi husu clarificação ba Procuradoria Geral da República.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.239-240.

Tabela 3.2 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**3,536,359**	**(%)**
Programa 510: ***Funcionamento e Desenvolvimento Institucional***	Salários e Vencimentos	2,879,881	81%
	Bens e Serviços Correntes	656,478	19%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Minor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Orçamento ba programa ida ne'e maioria aloca iha Bens e Serviços Correntes (81%) no Bens e Serviços Correntes (19%). Laiha alocação montante ruma ba iha classificação económicas seluk.
- Osan hirak ne'ebé aloca iha Bens e Serviços ($656,478) ne'e hodi desenvolve atividade saida deit husi program aida ne'e?
- Detalhos husi programa ida ne'e bele haree iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 239 - 240.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.239-240

Referências

- Execução OGE 2023 nian husi Procuradoria Geral da República (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Procuradoria Geral da República (PPL OGE 2024, p. 28).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.239-240.*

Audiência com a Procuradoria Geral da República

A Procuradoria Geral da República esteve representada pelo Procurador Geral da República.
Na sua intervenção inicial o PGR pronunciou-se nos seguintes termos:
Sobre a proposta de OGE para 2024, referiu-se enfaticamente sobre insuficiência do orçamento atribuído ao Ministério Público. Afirmou terem feito perante o Comité de Revisão Orçamental (CRO) a defesa da necessidade de um orçamento maior para o Ministério Público, na sequência de cuja audição enviaram por escrito o pedido de adicional. O adicional de que necessitam é de $1.364.266. Explicou a sua distribuição, indicando detalhadamente os montantes e os fins a que se destinam.

Sobre o OGE para 2023, fez uma breve apresentação da execução, por categorias económicas.

As principais questões abordadas na audiência:

- Pedido de adicionais: A PGR explicou como decorreu o processo negocial junto do CRO. O seu pedido, depois de revisto para menos e de novo apresentado ao CRO, foi mesmo assim rejeitado pelo CRO. Forneceram à Comissão documento com a informação descriminada do pedido.

- O número de procuradores e a sua distribuição pelos tribunais em todo o país.
- A distribuição do pessoal por tipo de vínculo empregatício: 85 permanentes; 43 contratados (a maioria na função de interpretes/tradutores); 3 assessores internacionais.
- A CAC, enquanto polícia de investigação criminal, é órgão auxiliar do Ministério Público. Desde a vacatura do cargo de Comissário da CAC, cessaram as delegações de competência, passando o M.º P.º a assumir diretamente a investigação criminal.
- A dotação para a contratação de assessores internacionais passou para a "Dotação Geral do Estado".
- A dotação para manutenção de viaturas passou para o Ministério das Finanças.

Em apreciação pela Comissão

- Relativamente à transição da dotação para salários de assessores internacionais para "Dotação Geral do Estado, a Comissão apurou junto do Governo, tal como no caso dos Tribunais, que se trata de uma medida transitória, inserida no quadro das reformas do Judiciário que o Governo está a preparar. O Governo assegurou que os montantes acordados para os Tribunais não serão reduzidos em circunstância alguma.

II.2.8. Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça

O orçamento para 2023 foi de US 1.803.241. A proposta de orçamento para 2024 é de US 2.061.391, representando um **aumento de 14,31 %** em relação a 2023.

1.1. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça			
Classificação Económicas	OGE 2023		
	Dotação	Execução	
	($.000)	($.000)	(%)
Total	**1,803,241.00**	**1,365,294.01**	82%
Salários e Vencimentos	1,204,639.75	1,021,390.55	84.8%
Bens e Serviços	495,035.00	341,381.35	75.3%
Capital Minor	99,566.25	5,445.00	87.6%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.00	0%
Tranferências Públicas	4,000.00	0.00	0%
Current Liabilities	0.00	-2,922.89	0.0%

Observação:

- To'o iha *fulan novembro 2023*, sura hamutuk ho compromissos no obrigações sira, execução orçamento husi Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça atinge ona 82%. Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (84.8%), Bens e Serviços (75.3%), Capital Minor (87.6%), Capital de Desenvolvimento (0.0%), Transferências Públicas (0%), no Current Liabilities (0.0%).

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.2. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça		
	PPL OGE 2024	
Classificação Económicas	Dotação ($.000)	Distribuição
Total	**2,061,391**	**(%)**
Salários e Vencimentos	1,317,463	64%
Bens e Serviços Correntes	728,928	35%
Transferências Públicas	15,000	1%
Capital Minor	0.00	0%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0%
Observação: Haree husi classificação económicas, Salários e Vencimentos hetan percentagem boot liu (64%) entre classificação económicas seluk iha despeza Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça nian ba tinan 2024. Tuir fali mak Bens e Serviços Correntes (35%), Transferências Públicas (1%), enquanto classificação económicas seluk laiha dotação.		

Fontes: PPL OGE 2024, p.28.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça aloca orçamento ba programa rua: *(1) Direitos Humanos e Boa Governação; no (2) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional.* Descrição orçamento ba programa rua ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

Tabela 3.1 – Direitos Humanos e Boa Governação

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**1,289,370**	**(%)**
Programa157: *Direitos Humanos e Boa Governação*	Salários e Vencimentos	914,480	71%
	Bens e Serviços Correntes	359,890	28%
	Transferências Públicas	15,000	1%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, osan boot aloca iha Salários e Vencimentos (71%), Bens e Serviços Correntes (28%) no Transferências Públicas (1%), enquanto classificação seluk la hetan dotação.
- Detalhos husi programa ida ne'e bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 241 – 246 hodi husu clarificação ba Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.241-246.

Tabela 3.2 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**772,021**	**(%)**
Programa 510: *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*	Salários e Vencimentos	402,983	52%
	Bens e Serviços Correntes	369,038	48%
	Transferências Públicas	0.00	0%

	Capital Minor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Orçamento ba programa ida ne'e concentra iha Salários e Vencimentos no Bens e Serviços Correntes, respetivamente (52%) no (48%). Laiha alocação montante ruma ba iha classificação económicas seluk.
- Osan hirak ne'ebé aloca iha Bens e Serviços ($369,038) ne'e hodi desenvolve atividade saida deit husi program aida ne'e? Nune'e mós funcionário ka pessoal serviço hira mak sei beneficia husi osan $402,983 ne'ebé aloca iha Salários e Vencimentos?
- Detalhos husi programa ida ne'e bele haree iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 241 - 246.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.241-246

Referências

- Execução OGE 2023 nian husi Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça (PPL OGE 2024, p. 28).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.241-246.*

Audiência com a Provedoria de Direitos Humanos e Justiça

Esteve representada pelo Provedor de Direitos Humanos e Justiça, Dr. Virgílio Guterres.

Na sua intervenção de abertura, expos sobre o progresso da execução do OGE de 2023 e apresentou a proposta de OGE para 2024. Nela também apresentou e justificou a necessidade de verbas adicionais num total de $496.495.

Principais questões abordadas na audiência:

- A necessidade de dotações adicionais: O Plano Estratégico 2024-2028, pretende ampliar o campo de ação da Provedoria, para deixar de ser apenas reativa a queixas e passar a fazer também a monitorização da atuação das instituições pública. Por isso entendem que o orçamento que lhes foi atribuído é insuficiente. Neste âmbito pretendem contratar peritos que possam fazer a análise de políticas públicas, que serão objeto de monitorização por parte da PDHJ. Além disso, pretendem estabelecer pontos focais em alguns municípios e adquirir 3 viaturas para as Delegações Territoriais de Oe-Cusse Ambeno, Maliana e Same, de entre outras razões. Destaca-se também o facto de que Timor-Leste vai liderar a "Plataforma Sub-Regional das Instituições de Direitos Humanos do Sudeste Asiático e vai organizar, nesse âmbito ,dois encontros técnicos e o encontro anual da Plataforma. Também deverá participar os encontros anuais de 6 organizações regionais e mundiais de que é membro.
- A apresentação do "Plano Anual de Ação para 2024" e a "Proposta de Orçamento Adicional para 2024", estão contidos em dois documentos apresentados aos Deputados da Comissão.
- Sobre as negociações com o Comité de Revisão Orçamental, explicou que conseguiram obter um aumento de 500 mil, que, todavia, é insuficiente para a execução dos programas pretendidos para 2024.
- Sobre o financiamento do exercício da fiscalização da constitucionalidade das leis, explicaram que não precisam de recorrer a contratação externa, porque o trabalho é feito pelos assessores jurídicos da PDHJ. Nestes casos a Provedoria não precisa de se fazer representar em tribunal por advogado.
- Apresentação de relatório de contas dos últimos 3 anos (2020, 2021, e 2022), requerido pela Câmara de Contas. O relatório foi elaborado e entregue à Câmara de Contas. Foi solicitado pela própria PDHJ a realização de auditoria pela Câmara de Contas.

II.2.9. Inspeção Geral do Estado

O orçamento para 2023 foi de US 940.153. A proposta de orçamento para 2024 é de US 1.008.300, representando um **aumento de 7,24 %** em relação a 2023.

1.1. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Inspeção-Geral do Estado			
Classificação Económicas	OGE 2023		
	Dotação	Execução	
	($.000)	($.000)	(%)
Total	**940,153.00**	629,974.46	**69.9%**
Salários e Vencimentos	657,511.00	428,436.12	66.9%
Bens e Serviços	233,642.00	161,711.94	76.2%
Capital Menor	42,000.00	39,800.00	94.8%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.0%
Tranferências Públicas	7,000	1,340.00	19.1%
Current Liabilities	0.00	-1,313.60	0.0%

Observação:

To'o fulan novembro 2023, sura hamutuk ho *compromissos no obrigações* sira, execução orçamento husi Inspeção Geral do Estado nian atinge ona (69.9%). Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (66.9%), Bens e Serviços (76.2%), Capital Menor (94.8%), Capital de Desenvolvimento (0.0%), Transferências Públicas (19.1%), no Current Liabilities (0.0%).

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.2. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Inspeção-Geral do Estado		
Classificação Económicas	**PPL OGE 2024**	
	Dotação ($.000)	**Distribuição**
Total	**1,008,300**	**(%)**
Salários e Vencimentos	521,389	52%
Bens e Serviços Correntes	437,001	43%
Transferências Públicas	0.00	0.0%
Capital Menor	49,910	5%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.0%
Observação: Haree husi classificação económicas, Salários e Vencimentos hetan percentagem boot liu (52%), tuir mai Bens e Serviços Correntes (43%), no Capital Menor (5%), enquanto classificação económicas seluk la hetan alocação.		

Fontes: PPL OGE 2024, p.28.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Inspeção-Geral do Estado aloca orçamento ba programa único: *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional.* Descrição orçamento ba programa ida ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai

Tabela 3.1 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	**Classificação Económicas**	**PPL OGE 2024 ($'000)**	**Distribuição**
Total		**1,008,300**	**(%)**

Programa 510: *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*	Salários e Vencimentos	521,389	52%
	Bens e Serviços Correntes	437,001	43%
	Transferências Públicas	0.00	0.0%
	Capital Menor	49,910	5%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0.0%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, despesa boot liu mak Salários e Vencimentos hetan percentagem boot liu (52%), tuir mai Bens e Serviços Correntes (43%), no Capital Menor (5%), enquanto classificação económicas seluk la hetan alocação.
- Programa ida ne'e prevê osan $437,001 iha Bens e Serviços Correntes. Atividade saida deit mak sei hamosu husi programa ida ne'e? Nune'e mós osan ba Capital Menor $49,910 sei usa hodi halo aquisição material saida deit?
- Atividade sira husi programa ne'e bele acesso iha Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.247-248* hodi husu clarificação husi Governo.

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.247-248.*

Referência:

- Execução OGE 2023 nian husi Inspeção-Geral do Estado (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Inspeção-Geral do Estado (PPL OGE 2024, p.28).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.247-248.*

Audiência com a Inspeção Geral do Estado

A Inspeção Geral do Estado esteve representada pelo Inspetor-Geral, Sr. Francisco de Carvalho.

Após ter feito a apresentação resumida da execução orçamental e da proposta orçamental para 2024, às questões dos Deputados,

- Sobre a partição da execução orçamental, distinguindo o que foi a execução a partir do início do IX Governo, respondeu que a IGE tinha até junho mais de 30% de execução e hoje tem 71%.
- Sobre aplicação de sanções, explicou que esta competência está entregue a outras instituições, cuja iniciativa para aplicar sanções parte muitas vezes dos resultados da investigação e inspeções realizadas pela IGE e das recomendações que faz para a abertura de investigação criminal ou processo disciplinar.

II.2.10. Polícia Científica de Investigação Criminal

O orçamento para 2023 foi de US 2.019.637. A proposta de orçamento para 2024 é de US 2.211.304, representando um **aumento de 9,49 %** em relação a 2023.

1.1. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Polícia Científica de Investigação Criminal			
Classificação Económicas	OGE 2023		
	Dotação	Execução	
	($.000)	($.000)	(%)
Total	**2,019,637.00**	**1,463,181.59**	**74.6%**
Salários e Vencimentos	1,399,906.00	1,098,534.90	78.5%
Bens e Serviços	406,631.00	291,246.75	73.1%
Capital Minor	213,100.00	76,150.00	53.1%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.00	0%
Tranferências Públicas	0.00	0.00	0%
Current Liabilities	0.00	-2,750.06	0%

Observação:

To'o iha *fulan novembro 2023*, sura hamutuk ho compromissos no obrigações sira, execução orçamento husi Polícia Científica de Investigação Criminal atinge ona 74.6%. Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (78.5%), Bens e Serviços (73.1%), Capital Minor (53.1%), Capital de Desenvolvimento, Transferências Públicas, no Current Liabilities, respetivamente (0%).

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.2. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Polícia Científica de Investigação Criminal		
	PPL OGE 2024	
Classificação Económicas	Dotação ($.000)	Distribuição
Total	**2,211,304**	**(%)**
Salários e Vencimentos	1,363,774	62%
Bens e Serviços Correntes	643,424	29%
Transferências Públicas	0.00	0%
Capital Minor	204,106	9%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0%
Observação: Haree husi classificação económicas, percentagem boot liu aloca iha Salários e Vencimentos (62%), Bens e Serviços (29%), Capital Minor (9%) enquanto classificação seluk la hetan alocação ba verba ruma.		

Fontes: PPL OGE 2024, p.28.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Polícia Científica de Investigação Criminal aloca orçamento ba programa rua: *(1) Acesso à Justiça; no (2) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional.* Descrição orçamento ba programa rua ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

Tabela 3.1 – Acesso à Justiça

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**1,996,685**	**(%)**
Programa 392: *Acesso à Justiça*	Salários e Vencimentos	1,359,328	68%
	Bens e Serviços Correntes	433,251	22%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Minor	204,106	10%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Dotação orçamento ba programa ida ne'e maoria iha Salários e Vencimentos (68%), Bens e Serviços Correntes hetan fatia (22%), Capital Minor (10%), enquanto classificação económicas seluk la hetan alocação ba verba ruma. Atividade saída deit mak desenvolve husi programa ida ne'e ho osan $1,359,328 concentrado iha Salários e Vencimentos?
- Nune'e mós montante $433,251 sei usa ba atividade concreta saida, inclui utilização husi osan $204,106 ne'ebé aloca iha Capital Minor?
- Detalhos kona-ba atividade husi programa ida ne'e bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 249 - 250 hodi levanta questão ba Governo.

Tabela 3.2 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**214,619**	**(%)**
Programa 510:	Salários e Vencimentos	4,446	2%

Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	Bens e Serviços Correntes	210,173	98%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Minor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Dotação orçamento ba programa ida ne'e maioria iha Bens e Serviços Correntes (98%), no resto aloca iha Salários e Vencimentos (2%). Nune'e, classificação económicas seluk la hetan dotação.
- Detalhos kona-ba atividade sira husi programa ida ne'e, liu-liu despesa sira iha Bens e Serviços Correntes, bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 249 - 250 hodi husu clarificação ba Governo.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.249-250

Referências

- Execução OGE 2023 nian husi Polícia Científica de Investigação Criminal (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Polícia Científica de Investigação Criminal (PPL OGE 2024, p.28).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.249 - 250.*

Audiência com a Polícia Científica de Investigação Criminal

A PCIC esteve representada pelo Diretor de Finanças, que apresentou um pedido de adicional ao Fundo de Infraestruturas, para a construção do edifício da instituição. Para outras categorias não precisam de adicionais.

II.2.11. Arquivo e Museu da Resistência Timorense

O orçamento para 2023 foi de US 1.940.527. A proposta de orçamento para 2024 é de US 2.687.459, representando um **aumento de 38,49 %** em relação a 2023.

1.1. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Arquivo e Museu da Resistência Timorense			
Classificação Económicas	OGE 2023		
	Dotação	Execução	
	($.000)	($.000)	(%)
Total	**1,940,527.00**	1,574,004.35	**91.1%**
Salários e Vencimentos	1,001,157.00	834,119.89	83.3%
Bens e Serviços	857,370.00	745,659.94	100%
Capital Menor	82,000.00	0.00	100%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.0%
Tranferências Públicas	0.00	0.00	0.00%
Current Liabilities	0.00	-5,775.48	0.0%

Observação:

- To'o *fulan novembro 2023*, sura hamutuk ho *compromissos no obrigações* sira, execução orçamento husi Arquivo e Museu da Resistência Timorense nian atinge ona 91.1%. Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (83.3%), Bens e Serviços (100%), Capital Menor (100%), Capital de Desenvolvimento, Transferências Públicas, no Current Liabilities, respetivamente (0.0%).

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.2. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Arquivo e Museu da Resistência Timorense		
	PPL OGE 2024	
Classificação Económicas	**Dotação ($.000)**	**Distribuição**
Total	**2,687,459**	**(%)**
Salários e Vencimentos	1,460,532	54%
Bens e Serviços Correntes	1,076,927	40%
Transferências Públicas	0.00	0.00%
Capital Menor	150,000	6%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.0%
Observação: Haree husi classificação económicas, Salários e Vencimentos hetan percentagem boot liu (54%) no tuir mai Bens e Serviços Correntes (40%), no Capital Menor (6%), enquanto classificação económicas seluk la hetan alocação.		

Fontes: PPL OGE 2024, p.43.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Arquivo e Museu da Resistência Timorense aloca orçamento ba programa rua: *(1) Cultura e Património ; no (2) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional.* Descrição orçamento ba programa rua ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

Tabela 3.1 – Cultura e Património

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**843,057**	**(%)**
Programa 024: *Cultura e Património*	Salários e Vencimentos	0.00	0.0%
	Bens e Serviços Correntes	693,057	82%
	Transferências Públicas	0.00	0.0%
	Capital Menor	150,000	18%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0.0%

Observação:

- Alocação ba programa ida ne'e composto husi Bens e Serviços ho percentagem (82%) no Capital Menor (18%), enquanto classificação económicas seluk la hetan alocação.
- Programa ida ne'e aloca osan $693,057 iha Bens e Serviços. Atividade concreto saída deit mak sei desenvolve ho osan montante ida ne'e?
- Capital Menor $150,000 ne'e atu hodi sosa saída?

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.450

Tabela 3.2 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**1,844,402**	**(%)**
Programa 510: *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*	Salários e Vencimentos	1,460,532	79%
	Bens e Serviços Correntes	383,870	21%
	Transferências Públicas	0.00	0.0%

	Capital Menor	0.00	0.0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0.0%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, despesa boot liu mak concentra iha Salários e Vencimentos (79%), tuir mai Bens e Serviços Correntes (21%), enquanto classificação seluk (0%).
- Programa ida ne'e prevê osan $383,870 iha Bens e Serviços Correntes. Atividade saída mak sei desenvolve ho montante orçamento ida ne'e?
- Atividades sira husi programa ne'e bele loke iha Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.450* hodi husu clarificação ba Governo.

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.450

Referências

- Execução OGE 2023 nian husi Arquivo e Museu da Resistência Timorense (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Arquivo e Museu da Resistência Timorense (PPL OGE 2024, p. 43).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.450.*

Audiência com o Arquivo e Museu da Resistência Timorense

O Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT) esteve representado pelo seu Diretor-Executivo, Senhor Antoninho Batista Alves.

Na sua intervenção destacou os principais objetivos atingidos em 2023, nomeadamente:

a) Receitas, designadamente de arrendamento de espaços.
b) Reabilitação de abrigos.
c) Promoção de visitas aos abrigos.

Em relação à proposta de OGE 2024, Explanou sobre a alocação do orçamento por programas e por categorias económicas, destacando os principais objetivos visados para 2024.

II.2.12. Arquivo Nacional de Timor-Leste

O orçamento para 2023 foi de US 1.940.527. A proposta de orçamento para 2024 é de US 2.687.459, representando um **aumento de 38,49 %** em relação a 2023.

1.1. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Arquivo Nacional de Timor-Leste			
Classificação Económicas	OGE 2023		
	Dotação	Execução	
	($.000)	($.000)	(%)
Total	**781,680.00**	**440,162.70**	**66.2%**
Salários e Vencimentos	454,243.10	365,306.10	80.4%
Bens e Serviços	113,968.90	53,013.71	57.6%
Capital Minor	93,468.00	23,532.00	94.5%
Capital de Desenvolvimento	120,000.00	0.00	0.0%
Tranferências Públicas	0.00	0.00	0.0%
Current Liabilities	0.00	-1,689.11	0.0%

Observação:

To'o iha *fulan novembro 2023*, sura hamutuk ho compromissos no obrigações sira, execução orçamento husi Arquivo Nacional de Timor-Leste atinge ona 66.2%. Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (80.4%), Bens e Serviços (57.6%), Capital Menor (94.5%), Capital de Desenvolvimento, Transferências Públicas, no Current Liabilities (0%), respetivamente.

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.2. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Arquivo Nacional de Timor-Leste		
	PPL OGE 2024	
Classificação Económicas	Dotação ($.000)	Distribuição
Total	**1,087,805**	**(%)**
Salários e Vencimentos	339,232	31%
Bens e Serviços Correntes	348,573	32%
Transferências Públicas	0.00	0%
Capital Minor	250,000	23%
Capital de Desenvolvimento	150,000	14%
Observação: • Haree husi classificação económicas, percentagem boot liu aloca iha Bens e Serviços Correntes (32%), tuir mai Salários e Vencimentos (31%), Capital Minor (23%), no Capital de Desenvolvimento (14%).		

Fontes: PPL OGE 2024, p.43.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Arquivo Nacional de Timor-Leste aloca orçamento ba programa rua: *(1) Cultura e Património; (2) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional.* Descrição orçamento ba programa rua ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

Tabela 3.1 – Cultura e Património

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**547,715**	**(%)**
Programa 024: *Cultura e Património*	Salários e Vencimentos	147,715	27%
	Bens e Serviços Correntes	0.00	0.0%
	Transferências Públicas	0.00	0.0%
	Capital Minor	250,000	46%
	Capital de Desenvolvimento	150,000	27%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, osan boot prevê iha Capital Minor ho percentagem (46%). Osan $250,000 ne'e hodi halo aquisição ba material saída deit?
- Iha mós montante $150,000 mak aloca iha Capital de Desenvolvimento. Osan ida ne'e hodi harii obra ruma?
- Detalhos husi programa ida ne'e bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 451 - 454 hodi levanta questão ba Governo.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.451-454

Tabela 3.2 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**540,090**	**(%)**
Programa 510: *Funcionamento e Desenvolvimento*	Salários e Vencimentos	191,517	35%
	Bens e Serviços Correntes	348,573	65%

Institucional	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Dotação orçamento ba programa ida ne'e boot liu iha Bens e Serviços Correntes hamutuk (65%). Osan $348,573 ne'e sei usa hodi hala'o atividade saída deit?
- Detalhos husi programa ida ne'e bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 451 - 454 hodi levanta questão ba Governo.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.451-454

Referências

- Execução OGE 2023 nian husi Arquivo Nacional de Timor-Leste (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Arquivo Nacional de Timor-Leste (PPL OGE 2024, p.43).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.451-454.*

II.2.13. Centro Nacional Chega!

O orçamento para 2023 foi de US 1.971.438. A proposta de orçamento para 2024 é de US 1.804.377, representando uma **redução de 8,47 %** em relação a 2023.

1.1. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Centro Nacional Chega!			
Classificação Económicas	OGE 2023		
	Dotação	Execução	
	($.000)	($.000)	(%)
Total	**1,971,438.00**	1,389,084.53	**77.5%**
Salários e Vencimentos	837,254.36	660,471.59	78.9%
Bens e Serviços	664,374.18	457,410.23	89.7%
Capital Menor	29,200.00	6,205.00	97%
Capital de Desenvolvimento	105,318.85	18,448.06	2.5%
Tranferências Públicas	335,290.61	250,273.45	72.6%
Current Liabilities	0.00	-3,723.80	0.0%

Observação:

To'o *fulan novembro 2023*, sura hamutuk ho *compromissos no obrigações* sira, execução orçamento husi Centro Nacional Chega! atinge ona 77.5%. Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (78.9%), Bens e Serviços (89.7%), Capital Menor (97%), Capital de Desenvolvimento (2.5%), Transferências Públicas (72.6%), no Current Liabilities (0.0%).

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.2. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Centro Nacional Chega!		
	PPL OGE 2024	
Classificação Económicas	Dotação ($.000)	Distribuição
Total	**1,804,377**	**(%)**
Salários e Vencimentos	750,000	42%
Bens e Serviços Correntes	720,757	40%
Transferências Públicas	241,148	13%
Capital Menor	0.00	0%
Capital de Desenvolvimento	92,472	5%

Observação:

Haree husi classificação económicas, Salários e Vencimentos hetan persentagem boot liu (42%) no tuir mai Bens e Serviços Correntes (40%), Transferências Públicas (13%), enquanto Capital de Desenvolvimento no Capital Menor hetan alocação kiik husi 5%.

Fontes: PPL OGE 2024, p.44.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Centro Nacional Chega! aloca orçamento ba programa hat: *(1) Cultura e Património; (2) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional; (3) Inclusão Social; no (4) Combatentes da Libertação Nacional.* Descrição orçamento ba programa hat ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

Tabela 3.1 – Cultura e Património

Programa	Classificação Económicas	Orçamento	Distribuição
Total		**124,770**	**(%)**
Programa 024: *Cultura e Património*	Salários e Vencimentos	0.00	0.0%
	Bens e Serviços Correntes	89,770	72%
	Transferências Públicas	35,000	28%
	Capital Menor	0.00	0.0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0.0%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, osan concentrado liu iha Bens e Serviços Correntes (72%), tuir mai Transferências Públicas (28%), enquanto classificação económica seluk la hetan alocação.
- Atividade saída deit mak sei hola parte husi programa ida ne'e?
- Despesa iha Bens e Serviços Correntes ho montante **$89,770** ne'e atu cobre atividade saida deit, nune'e mós atividade ne'ebé usaa osan husi Transferências Públicas **$35,000?**
- Atividades sira husi programa ne'e bele loke iha Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.468 - 482* hodi desenvolve pergunta.

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.468 - 482.

Tabela 3.2 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**1,149,845**	**(%)**
Programa 510:	Salários e Vencimentos	750,000	65%

Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	Bens e Serviços Correntes	307,373	27%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	92,472	8%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, despesa boot liu mak concentra iha Salários e Vencimentos (65%), tuir mai Bens e Serviços Correntes (27%), Capital de Desenvolvimento (8%); enquanto classificação seluk (0%).
- Osan ne'ebé prevê ho montante $307,373 iha Bens e Serviços Correntes ne'e sei usa ba atividade saída? Nune'e mós Capital de Desenvolvimento ho valor $92,472 ne'e hodi harii obra ruma? Bele husu clarificação!
- Atividades sira husi programa ne'e bele loke iha Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.468 - 482* hodi desenvolve pergunta.

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.468 - 482.

Tabela 3.3 – Inclusão Social

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**210,723**	**(%)**
Programa 980: *Inclusão Social*	Salários e Vencimentos	0.00	0.0%
	Bens e Serviços Correntes	42,535	20%
	Transferências Públicas	168,188	80%
	Capital Menor	0.00	0.0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0.0%

Observação:

- Percentagem boot liu aloca iha Transferências Públicas (80%), tuir mai Bens e Serviços Correntes (23%), Salários e Vencimentos (20%), enquanto classificação seluk la hetan alocação.
- Iha Transferências Públicas prevê osan $168,188. Osan hirak ne'e ba atividade saida no see mak sei sai beneficiarios?
- Atividades sira husi programa ne'e bele loke iha Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.468 - 482* hodi desenvolve pergunta.

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.468 - 482.

Tabela 3.4 – Combatentes da Libertação Nacional

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**319,039**	**(%)**
Programa A26: *Combatentes da Libertação Nacional*	Salários e Vencimentos	0.00	0%
	Bens e Serviços Correntes	281,079	88%
	Transferências Públicas	37,960	12%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Programa ida ne'e aloca osan boot liu iha Bens e Serviços Correntes (88%) no Transferências Públicas (12%), enquanto classificação seluk la hetan alocação (0.0%).
- Olocação iha Bens e Serviços Correntes ho montante $281,079 husi Programa ida ne'e sei inclui atividade saída deit?
- Nune'e mós Transferências Públicas $37,960 ne'e halo ba see?
- Atividades sira husi programa ne'e bele loke iha Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades

Setor Público Administrativo, *p.468 - 482* hodi desenvolve pergunta.

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.468 - 482.

Referências

- Execução OGE 2023 nian husi Centro Nacional Chega! (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Presidência da República (*PPL OGE 2024, p.44.*).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.468 - 482.*

Audiência com o Centro Nacional Chega!

O Centro esteve representado pelo seu Secretário-Executivo, Dr. Hugo Fernandes.
Fez uma apresentação das principais realizações em 2023, bem como a execução das rubricas orçamentais.

Quanto à proposta de orçamento para 2024 Solicitou aprovação de um adicional para:

a) poderem continuar o programa de construção de casas para vítimas em situação de vulnerabilidade económica;
b) para continuarem o projeto de implementação de museus municipais.

Outras questões abordadas na audiência

a) A possível confusão de atribuições entre o CNC e a Solidariedade Social em matéria de atividades de cariz social;
b) Sobre a possível sobreposição com o departamento do Governo com o pelouro da cultura, no que diz respeito à preservação de património, Explicou, dizendo que o Centro Chega tem um plano estratégico, o qual está alinhado com o Plano Estratégico Nacional, o que permite evitar a sobreposição.

c) Explicou sobre a distinção com outras instituições, no que respeita ao do objeto da sua intervenção, em termos de pesquisa histórica, preservação da memória (incluindo sítios) e o apoio às vítimas de violação de direitos humanos em situação de vulnerabilidade física, mental e económica. Discorreu sobre iniciativas de reparação, compensação e restituição.

d) Referiu que parte do seu mandato encontra dificuldades de implementação, porque Timor-Leste ainda não ratificou a Convenção sobre Pessoas Desaparecidas.

e) Sobre o ensino da História no currículo escolar, mencionou necessidade de o estender a anos de escolaridade mais avançados do ensino secundário.

f) Continuam a desenvolver a produção de livros e material de ensino e educação cívica, para cujo fim têm ao seu serviço 4 historiadores, com licenciatura e mestrado e um candidato a doutoramento.

II.2.14. Comissão Anti Corrupção!

O orçamento para 2023 foi de US 2.158.942. A proposta de orçamento para 2024 é de US 2.332.135, representando um **aumento de 8,10 %** em relação a 2023.

1.1. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Comissão Anti-Corrupção			
	OGE 2023		
	Dotação	Execução	
Classificação Económicas	($.000)	($.000)	(%)
Total	**2,158,942.00**	**984,731.15**	**45.8%**
Salários e Vencimentos	1,726,214.00	958,470.69	55.5%
Bens e Serviços	432,728.00	31,962.50	8.4%
Capital Minor	0.00	0.00	0.0%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.0%
Tranferências Públicas	0.00	0.00	0.0%
Current Liabilities	0.00	-5,702.04	0.0%

Observação:

- To'o iha *fulan novembro 2023*, sura hamutuk ho compromissos no obrigações sira, execução orçamento husi Comissão Anti-Corrupção foin mak atinge 45.8%. Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (55.5%), Bens e Serviços (8.4%), Capital Minor (0.0%), Capital de Desenvolvimento (0.0%), Transferências Públicas (0%), no Current Liabilities (0.0%).
- Classificação económicas sira ho execução (0%) ne'e tanba laiha dotação inicial husi OGE 2023.

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.2. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Comissão Anti-Corrupção		
	PPL OGE 2024	
Classificação Económicas	Dotação ($.000)	Distribuição
Total	**2,332,135**	**(%)**
Salários e Vencimentos	1,428,948	61%
Bens e Serviços Correntes	496,987	21%
Transferências Públicas	0.00	0%
Capital Minor	406,200	18%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0%
Observação: Salários e Vencimentos hetan percentagem boot liu (61%) entre classificação económicas seluk iha despeza Comissão Anti-Corrupção nian ba tinan 2024. Tuir fali mak Bens e Serviços Correntes (21%), Capital Minor (18%), enquanto classificação económicas seluk laiha dotação.		

Fontes: PPL OGE 2024, p.45.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Comissão Anti-Corrupção aloca nia orçamento ba programa rua: *(1) Acesso à Justiça; no (2) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional.* Descrição orçamento ba programa rua ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

Tabela 3.1 – Acesso à Justiça

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**269,320**	**(%)**
Programa 392: ***Acesso à Justiça***	Salários e Vencimentos	59,440	22%
	Bens e Serviços Correntes	209,880	78%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Minor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, osan boot aloca iha Bens e Serviços Correntes (72%) no Salários e Vencimentos (28%). Entretanto, classificação económicas seluk la hetan dotação.
- Detalhos kona-ba atividade sira husi programa ida ne'e bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 490 – 495 hodi husu clarificação ba Comissão Anti-Corrupção.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.490-495.

Tabela 3.2 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**2,062,815**	**(%)**
Programa 510: ***Funcionamento e Desenvolvimento Institucional***	Salários e Vencimentos	1,369,508	66%
	Bens e Serviços Correntes	287,107	14%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Minor	406,200	20%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Salários e Vencimentos hetan fatia boot liu husi orçamento ba programa ida ne'e ho percentagem (66%), tuir mai Capital Minor (20%), no Bens e Serviços Correntes (14%). Entretanto, classificação económicas seluk laiha dotação.
- Osan hirak ne'ebé aloca iha Capital Minor ($406,200) ne'e hodi halo aquisição ba material ruma? Enquanto iha tinan fiscal 2023 nian, prevê tiha ona osan $406,200 iha Capital Minor maibé ninia execução atual foin atinge 18%.
- Detalhos kona-ba atividade sira husi programa ida ne'e bele haree iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 490 - 495.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.490-495

Referências

- Execução OGE 2023 nian husi Comissão Anti-Corrupção (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Comissão Anti-Corrupção (PPL OGE 2024, p. 45).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.490-495.*

Audiência com a Comissão Anti Corrupção

A CAC esteve representada por diretores, na falta de Comissário da CAC, cuja nomeação ainda não teve lugar (o mandato cessou em abril). Fizeram uma breve apresentação da execução do OGE de 2023 e das dotações para 2024, por categorias económicas.

Foi as seguintes a principal questão abordadas na audiência:

- O funcionamento da instituição na falta do Comissário, sobre o que informaram não haver a paralisação das atividades, salvo no que respeita aos atos da competência do Comissário. Referiram que prosseguiram na implementação das atividades previstas no Plano de Ação Anual.
- Como já foi dito antes, A CAC, enquanto polícia de investigação criminal, é órgão auxiliar do Ministério Público. Desde a vacatura do cargo de Comissário da CAC, cessaram as delegações de competência, passando o M.º P.º a assumir diretamente a investigação criminal.

II.2.15. Comissão da Função Pública

O orçamento para 2023 foi de US 4.010.442. A proposta de orçamento para 2024 é de US 3.048.399, o que corresponde a uma **redução de 23,98 %** em relação a 2023.

1.1. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Comissão da Função Pública			
Classificação Económicas	OGE 2023		
	Dotação	Execução	
	($.000)	($.000)	(%)
Total	**4,010,442.00**	2,758,544.15	**80.2%**
Salários e Vencimentos	2,549,156.00	1,884,677.58	73.9%
Bens e Serviços	1,064,672.00	756,872.00	89.3%
Capital Menor	393,614.00	125,205.00	98.5%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.0%
Tranferências Públicas	3,000	2,890.00	96.3%
Current Liabilities	0.00	-11,100.86	0.0%

Observação:

To'o *fulan novembro 2023*, sura hamutuk ho *compromissos no obrigações* sira, execução orçamento husi Comissão da Função Pública nian atinge ona 80.2%. Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (73.9%), Bens e Serviços (89.3%), Capital Menor (98.5%), Capital de Desenvolvimento (0%), Transferências Públicas (96.3%), no Current Liabilities (0.0%).

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.2. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Comissão da Função Pública		
	PPL OGE 2024	
Classificação Económicas	Dotação ($.000)	Distribuição
Total	**3,048,399**	**(%)**
Salários e Vencimentos	2,127,049	69.77%
Bens e Serviços Correntes	918,350	30.12%
Transferências Públicas	3,000	0.09%
Capital Menor	0.00	0.0%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.0%
Observação: Haree husi classificação económicas, Salários e Vencimentos hetan percentagem boot liu (69.77%) no tuir mai Bens e Serviços Correntes (30.12%), Transferências Públicas (0.09%), enquanto Capital de Desenvolvimento no Capital Menor la hetan alocação.		

Fontes: PPL OGE 2024, p.46.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Comissão da Função Pública aloca orçamento ba programa rua: *(1) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional; no (2) Inclusão Social.* Descrição orçamento ba programa rua ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

Tabela 3.1 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Comissão da Função Pública		
	PPL OGE 2024	
Classificação Económicas	Dotação ($.000)	Distribuição
Total	**3,048,399**	**(%)**
Salários e Vencimentos	2,127,049	69.77%
Bens e Serviços Correntes	918,350	30.12%
Transferências Públicas	3,000	0.09%
Capital Menor	0.00	0.0%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.0%
Observação: Haree husi classificação económicas, Salários e Vencimentos hetan percentagem boot liu (69.77%) no tuir mai Bens e Serviços Correntes (30.12%), Transferências Públicas (0.09%), enquanto Capital de Desenvolvimento no Capital Menor la hetan alocação.		

Fontes: PPL OGE 2024, p.46.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Comissão da Função Pública aloca orçamento ba programa rua: *(1) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional; no (2) Inclusão Social.* Descrição orçamento ba programa rua ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

Tabela 3.1 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	Dotação PPL OGE 2024 ($000)	Distribuição
Total		**3,038,019**	**(%)**
Programa 510: *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*	Salários e Vencimentos	2,127,049	70,01%
	Bens e Serviços Correntes	907,970	29,88%
	Transferências Públicas	3,000	0.09%
	Capital Menor	0.00	0.0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0.0%

Observação:

- Iha programa ida ne'e, despesa boot liu mak concentra iha Salários e Vencimentos (70.01%), tuir mai Bens e Serviços Correntes (29.88%), Capital Menor (0.09%); enquanto classificação seluk (0%).
- Osan iha Bens e Serviços Correntes ho valor $907,970 ne'e sei usa ba atividade saida deit? Atividade ida ne'ebé sei considera nu'udar principal liu?

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.496 - 503.

Tabela 3.2 – Inclusão Social

Programa	Classificação Económicas	Dotação PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**10,380**	**(%)**
Programa 980: *Inclusão Social*	Salários e Vencimentos	0.00	0.0%
	Bens e Serviços Correntes	10,380	100%

	Transferências Públicas	0.00	0.0%
	Capital Menor	0.00	0.0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0.0%

Observação:

- Alocação único husi programa ida ne'e iha Bens e Serviços ho percentagem (100%).
- Iha programa ida ne'e relativamente osan ladun boot ka $10,380 alocado iha Bens e Serviços Correntes. Osan ne'e hodi financia atividade saída?

Fontes: Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.496 - 503.

Referências

- Execução OGE 2023 nian husi Comissão da Função Pública (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Comissão da Função Pública (PPL OGE 2024, p. 46).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.496 - 503.*

Audiência com a Comissão da Função Pública

A Comissão da Função Pública esteve representada pelo Presidente. Fez a apresentação da execução orçamental de 2023. Referiu que o orçamento da CFP não foi objeto de alteração. De seguida falou dos programas e das dotações para 2024, justificando os montantes alocados pelas diversas categorias económicas.

As principais questões apreciadas durante a audiência pública

No decorrer da audiência, instado quer pelas perguntas dos Deputados quer por comentários dos mesmos, teve a oportunidade de se pronunciar sobre:

- Mecanismos, ou processos de promoção, porque aparentemente haverá funcionários vítimas da forma como o processo é conduzido, nomeadamente para aqueles colocados nas éreas

mais remotas e com difícil acesso à internet. Reconheceu que é preciso dar atenção aos testes para as categorias mais baixas e menos familiarizadas com uso de informática;

- Também já identificaram a necessidade de rever a legislação sobre a promoção;
- Assim também em relação à aposentação compulsiva, cuja autorização legislativa já caducou
- Os funcionários "casuais" não estão na alçada da CFP, mas sim dos ministérios;

II.2.16 Comissão Nacional de Eleições

O orçamento para 2023 foi de US 16.920.232. A proposta de orçamento para 2024 é de US 8.836.929, o que representa uma **redução de 47,77 %** em relação a 2023.

1.1. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Comissão Nacional de Eleições			
Classificação Económicas	OGE 2023		
	Dotação	Execução	
	($.000)	($.000)	(%)
Total	**19,920,232.00**	**17,562,934.76**	**89%**
Salários e Vencimentos	4,080,977.00	3,570,424.42	87.5%
Bens e Serviços	4,229,605.00	3,098,130.50	77.2%
Capital Minor	99,650.00	26,780.00	70.6%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.0%
Tranferências Públicas	11,510,000.00	10,872,414.00	94.5%
Current Liabilities	0.00	-4,814.16	0.0%

Observação:

- To'o iha *fulan novembro 2023*, sura hamutuk ho compromissos no obrigações sira, execução orçamento husi Comissão Nacional de Eleições atinge ona 89%. Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (87.5%), Bens e Serviços (77.2%), Capital Minor (70.6%), Capital de Desenvolvimento (0.0%), Transferências Públicas (94.5%), no Current Liabilities (0.0%).
- Classificação económicas ne'ebé ho execução (0%) ne'e tanba laiha dotação inicial husi OGE 2023.

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.2. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Comissão Nacional de Eleições		
	PPL OGE 2024	
Classificação Económicas	Dotação ($.000)	Distribuição
Total	**8,836,929**	**(%)**
Salários e Vencimentos	1,321,840	15%
Bens e Serviços Correntes	1,345,249	15%
Transferências Públicas	6,019,840	68%
Capital Minor	150,000	2%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Transferências Públicas constitui percentagem boot liu (68%) entre classificação económicas seluk iha despeza Comissão Nacional de Eleições nian ba tinan 2024. Tuir fali mak Salário e Vencimentos no Bens e Serviços Correntes, respetivamente (15%), Capital Minor (2%), enquanto classificação económica seluk laiha dotação.

Fontes: PPL OGE 2024, p.46.

1.3 Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Comissão Nacional de Eleições aloca nia orçamento ba programa único: *(1) Funcionamento e Desenvolvimento Institucional.* Descrição orçamento ba programa único ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

Tabela .3.1 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**8,836,929**	**(%)**
Programa 510: *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*	Salários e Vencimentos	1,321,840	15%
	Bens e Serviços Correntes	1,345,249	15%
	Transferências Públicas	6,019,840	68%
	Capital Minor	150,000	2%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Transferências Públicas constitui percentagem boot liu (68%) entre classificação económicas seluk husi programa ida ne'e. Osan ho montante $6,019,840 ne'e iha programa ne'e sei inclui atividade saida deit?
- Detalhos kona-ba atividade sira husi programa ida ne'e bele haree iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 504 - 505.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.504-505

Referências

- Execução OGE 2023 nian husi Comissão Nacional de Eleições (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Comissão Nacional de Eleições (PPL OGE 2024, p. 46).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.504-505.*

Audiência com a CNE

Esteve representada pelo seu Presidente, o Dr. José Agostinho da Costa Belo.

O Presidente da Comissão Nacional de Eleições, nas palavras de abertura, faz uma breve apresentação da proposta de OGE para 2024. Afirmou que na categoria de Capital Menor, sofreram um corte pelo Comité de Revisão Orçamental de 300 mil, que se destinavam à aquisição de material informático, dada a idade avançada dos servidores que albergam as bases de dados. Afirmou que aceitam o corte e não fazem pedido de adicionais.

Fez apresentação resumida da proposta de OGE para 2024, destacando a supervisão do novo recenseamento biométrico e supervisão da limpeza do registo eleitoral, que nunca foi feita desde a sua criação.

Explicou que em razão das limitações impostas pelo seu envelope orçamental, renunciaram à apresentação de um projeto de criação de um museu eleitoral designado por "Casa da Democracia", que ficará para uma posterior oportunidade. Sobre esta questão, por um Deputado foi expressa opinião de que a ideia pode ser da CNE, mas o dito museu não deveria ficar sob a tutela da CNE, cujas atribuições se limitam à supervisão dos atos eleitorais. Deveria ser uma responsabilidade do Governo. Da parte da CNE, o seu Presidente afirmou que o que move a CNE é a intenção de dar o seu contributo para que o país possa contar com este instrumento de registo da história democrática e de educação, com vista à promoção da democracia, como é o exemplo da Corea do Sul.

À margem, falou-se um pouco sobre modelos de administração eleitoral, a atribuição da organização das eleições à CNE ou a fusão entre a CNE e o STAE. Falou-se da necessidade de constante adaptação da administração eleitoral aos desafios e às circunstâncias de cada momento, num processo que deve ser dinâmico e evolutivo; no qual se deve também aproveitar a experiência de outros países.

II.2.17. Instituto Nacional de Administração Pública

O orçamento para 2023 foi de US 1.037.825. A proposta de orçamento para 2024 é de US 1.328.521, o que representa um **aumento de 28,01 %** em relação a 2023.

1.1. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Instituto Nacional da Administração Pública			
Classificação Económicas	OGE 2023		
	Dotação	Execução	
	($.000)	($.000)	(%)
Total	**1,037,825.00**	**604,088.23**	**59.7%**
Salários e Vencimentos	633,229.00	442,569.61	69.9%
Bens e Serviços	364,546.00	138,862.82	39.5%
Capital Minor	34,000.00	18,000.00	82.3%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.0%
Tranferências Públicas	6,050.00	6,000.00	99.2%
Current Liabilities	0.00	-1,344.20	0.0%

Observação:

- To'o iha *fulan novembro 2023*, sura hamutuk ho compromissos no obrigações sira, execução orçamento husi Instituto Nacional da Administração Pública atinge 59.7%. Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (69.9%), Bens e Serviços (39.5%), Capital Minor (82.3%), Capital de Desenvolvimento (0%), Transferências Públicas (99.2%), no Current Liabilities (0%).

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.2. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Instituto Nacional da Administração Pública		
Classificação Económicas	PPL OGE 2024	
	Dotação ($.000)	Distribuição
Total	**1,328,521**	**(%)**
Salários e Vencimentos	533,374	40%
Bens e Serviços Correntes	792,147	59.62%
Transferências Públicas	3,000	0,2%
Capital Minor	0.00	%
Capital de Desenvolvimento	0.00	%
Observação: Haree husi classificação económicas, percentagem boot liu aloca iha Bens e Serviços Correntes (59,62%), tuir mai Salários e Vencimentos (40%), Transferências Públicas (3,000), enquanto Capital Minor no Capital de Desenvolvimento la hetan alocação.		

Fontes: PPL OGE 2024, p.51.

1.3. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Instituto Nacional da Administração Pública aloca orçamento ba programa único: *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional.* Descrição orçamento ba programa ida ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

Tabela 3. – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**1,328,521**	**(%)**
Programa 510: *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*	Salários e Vencimentos	533,374	40%
	Bens e Serviços Correntes	792,147	59.62%
	Transferências Públicas	3,000	0,2%
	Capital Minor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%

Observação:

- Dotação orçamento ba programa ida ne'e boot liu iha Bens e Serviços Correntes hamutuk (59.62%). Osan $792,147 ne'e sei usa hodi hala'o atividade saída deit?
- Nune'e mós osan $3,000 iha Transferências Públicas ne'e atu usa ba saída?
- Detalhos husi programa ida ne'e bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 707-708 hodi levanta questão ba Governo.

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p.707-708

Referências

- Execução OGE 2023 nian husi Instituto Nacional da Administração Pública (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Instituto Nacional da Administração Pública (PPL OGE 2024, p.51).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.707-708.*

II.2.18. Secretariado Técnico da Administração Eleitoral

O orçamento para 2023 foi de US 1.773.979. A proposta de orçamento para 2024 é de US 2.094.807, o que representa um **aumento de 18,08 %** em relação a 2023.

1.1. Execução OGE 2023 tuir classificação económica

Tabela 1 – Execução OGE 2023

Secretariado Técnico da Administração Eleitoral			
Classificação Económicas	OGE 2023		
	Dotação	Execução	
	($.000)	($.000)	(%)
Total	**18,139,342.10**	**15,302,574.19**	**86.6%**
Salários e Vencimentos	5,099,589.00	3,575,597.79	70.4%
Bens e Serviços	11,308,642.76	10,141,546.06	93.1%
Capital Menor	1,379,223.00	1,240,548.00	89.9%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.0%
Tranferências Públicas	351,887.34	351,887.34	100%
Current Liabilities	0.00	-7,005.00	0.0%

Observação:

- To'o iha *fulan novembro 2023*, sura hamutuk ho compromissos no obrigações sira, execução orçamento husi Secretariado Técnico da Administração Eleitoral atinge ona 86.6%. Husi total execução ne'e, Salários e Vencimentos (70.4%), Bens e Serviços (93.1%), Capital Menor (89.9%), Capital de Desenvolvimento (0%), Transferências Públicas (100%), no Current Liabilities (0%).

Fontes: Portal de Transparência, 28 de novembro de 2023.

1.2. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação económica

Tabela 2 – Dotação orçamento tuir classificação económica

Secretariado Técnico da Administração Eleitoral		
Classificação Económicas	PPL OGE 2024	
	Dotação ($.000)	Distribuição
Total	**2,094,807**	**(%)**
Salários e Vencimentos	1,002,870	48%
Bens e Serviços Correntes	1,091,937	52%
Transferências Públicas	0.00	0%
Capital Menor	0.00	0%
Capital de Desenvolvimento	0.00	0%
Observação: Haree husi classificação económicas, percentagem boot liu aloca iha Bens e Serviços Correntes (52%), Salários e Vencimentos (48%), enquanto classificação seluk la hetan alocação.		

Fontes: PPL OGE 2024, p.53.

1.3. Dotação PPL OGE 2024 tuir classificação programa

Ba tinan 2024, Secratariado Técnico da Administração Eleitoral aloca orçamento ba programa único: *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional.* Descrição orçamento ba programa único ne'e bele observa iha tabela 3 tuir mai;

Tabela 3 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Programa	Classificação Económicas	PPL OGE 2024 ($'000)	Distribuição
Total		**2,094,807**	**(%)**
Programa 510: *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*	Salários e Vencimentos	1,002,870	48%
	Bens e Serviços Correntes	1,091,937	52%
	Transferências Públicas	0.00	0%
	Capital Menor	0.00	0%
	Capital de Desenvolvimento	0.00	0%
Observação: Detalhos husi programa ida ne'e bele acesso iha livro Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo – página 729-730 hodi levanta questão ba Governo.			

Fontes: PPL OGE 2024, Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, p. 729-730

Referências

- Execução OGE 2023 nian husi Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (Portal de Transparências, 28 de novembro 2023).
- Alocação orçamento ba Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (PPL OGE 2024, p. 53).
- Livro OGE 2024, Planos Anuais dos Serviços e Entidades Setor Público Administrativo, *p.729-730.*

III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

1. Pedido de verbas adicionais – Considerações Gerais

Tem sido uma prática constante o pedido de verbas adicionais por parte das instituições., o que requer dos Deputados a apresentação de propostas de alteração, as quais implicam – para não se aumentar o teto orçamental – que sejam retirados montantes de umas dotações para adicionar a outras dotações. Isto compromete a implementação dos programas e atividades das instituições donde as verbas são retiradas. Altera a configuração ou arranjo inicial do OGE. É verdade que, na prática, as alterações normalmente só acontecem quando há a anuência do Governo. Mas também é verdade qua a maioria dos pedidos de adicionais são antes apresentadas ao Comité de Revisão Orçamental e aí são rejeitadas. Por isso, não será boa prática, quando os Deputados, mesmo assim, apresentam propostas de alteração para um pedido que sabem de antemão que foi objeto de discussão no Comité de Revisão Orçamental.

Por outro lado, entende esta Comissão que o Parlamento Nacional tem a obrigação de respeitar os princípios que guiam o nosso sistema orçamental, onde se dá primazia ao Governo na formulação do OGE, que é no fundo o instrumento de programação e execução anual do seu programa de governo; sendo por essa razão que a iniciativa da proposta de lei do OGE é exclusiva do Governo, que a apresenta com base em programas e objetivos a atingir fundamenta as suas opções. Com isto não quer a Comissão dizer que não se devem fazer propostas de alteração. Mas o Parlamento deve ter uma intervenção conservadora, para não chegar ao ponto em que já estará invadindo a esfera de iniciativa orçamental do Governo, subvertendo as opções e prioridades fixadas pelo Governo.

Em todo o caso, a Comissão entende e sugeriu nas audiências, que, surgindo uma situação contingencial, uma alteração de circunstância que imponha a uma instituição necessidade de dotação orçamental acrescida, esta deveria estabelecer contato com o Governo com vista a obter os adicionais de que precisa; e neste caso seria o Governo a apresentar um pedido de alteração perante o Parlamento, tomando o próprio Governo a decisão sobre o que vai ser sacrificado para atender ao pedido de adicional. O Governo está sempre em melhores condições de fazer essa decisão do que o Parlamento.

2. Pedido de verbas adicionais – em concreto

Foram várias as instituições que pediram verbas adicionais. Sem prejuízo de que a os Deputados gozam de liberdade para apresentar proposta de alteração, a Comissão chegou a um consenso sobre o merecimento de algumas propostas, sempre em obediência aos

princípios e critérios expostos no número antecedente destas conclusões. São elas as seguintes:

a) Ministério da Justiça, Direção Geral de Terras e Propriedades, com a exclusão das visitas de trabalho e formação no estrangeiro viagens, totalizando $ 630 mil;

b) Ministério da Justiça, Direção dos Registos e Notariado, totalizando $600.017;

c) Defensoria Pública, para pagamento de salários de novos defensores estagiários, que iniciam funções em 2024 e aumento de salários por progressão na carreira de defensores públicos e oficiais de justiça, totalizando $152.196;

d) Provedoria de Direitos Humanos e Justiça, as verbas para a realização dos encontros técnicos e reunião regionais, em que será a anfitriã, enquanto membro de organização regional, e participação em encontros de organizações de que é membro permanente e em algumas com cargos de direção, totalizando $50 mil.

3. Funcionários contratados

Em 2006, quando da aprovação do regime de cargos e carreiras da Função Pública, fixou-se o objetivo de pôr fim ao grande número de funcionários contratados e a partir daí impor uma maior disciplina na contratação de pessoal temporário. Mas isso aparentemente não sucedeu e hoje voltamos a ter um elevado número desses trabalhadores. Há inclusive instituições cujos funcionários são na sua quase totalidade funcionários "temporários"; e com anos de serviço que chegam aos 16 ou 17 anos.

Urge, assim, que o Governo defina, o mais cedo quanto possível uma estratégia para lidar com a questão, tendo em vista a sua resolução definitiva.

4. Aposentação voluntária

Em face da constatação de que vai crescendo o número de funcionários que atingem os 60 anos de idade, mas não vão para a reforma, não havendo ainda uma idade de reforma compulsiva, parece a esta Comissão que há a necessidade de o Governo, pensar numa estratégia para motivar os funcionários a optem pela aposentação voluntária, quando atinjam os 60 anos. No estudo da CFP de Julho de 2023, sob o título "Desafios da Função Pública no IX Governo Constitucional", afirma-se que a idade média do funcionário público é de 46 anos (48 para os homens e 44 para as mulheres). É aí dito que são aproximadamente 4.000 os funcionários com mais de 60 anos de idade, representando cerca de 10% do total de funcionários públicos. Como alguém terá sugerido durante as audiências, uma solução, ao que parece usada em

alguns países, é o pagamento de um montante ("lump sum") para aqueles que fazem a opção pela reforma voluntária.

5. **Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra os Desaparecimentos Forçados**

A Comissão tomou boa nota a preocupação, apresentada pelo Centro Nacional Chega!, que o nosso Estado ratifique esta Convenção, que para o Centro se afigura necessária para a prossecução mais cabal de alguns aspetos da missão e do trabalho do Centro Chega!, a nível interno e, principalmente, a nível internacional.

6. **Dotações para pagamento de assessores internacionais dos Tribunais e do Ministério Público e dotações para manutenção de veículos dos Tribunais e do Ministério Público**

As dotações para pagamento de assessores internacionais passam para "Dotação Geral do Estado" e as dotações para manutenção de veículos passam para o Ministério das Finanças. A Comissão tomou boa nota das preocupações levantadas pelos Tribunais e pela Procuradoria Geral da República, principalmente o argumento dos Tribunais de que esta medida poria em causa a sua autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que já era pratica consolidada e passou a estar consagrada na Lei da Organização Judiciária (artigo 3.º) e que esta autonomia é corolário da sua qualidade de órgão de soberania e independente definido como tal pela CRDTL.

Embora tenha obtido da parte do Governo uma explicação sobre esta medida, a Comissão não formou uma posição unânime sobre o assunto.

IV. PARECER

1. A Comissão é do parecer de que as dotações orçamentais propostas para as instituições e órgãos inseridos nas áreas da sua competência temática devem merecer, na sua globalidade, a aprovação na generalidade pelo Parlamento Nacional.
2. É também parecer desta Comissão que na especialidade se devem fazer alterações de modo a conceder adicionais, conforme discriminado nas Conclusões e Recomendações

V. POSIÇÃO DAS BANCADAS PARLAMENTARES

A Bancada da Fretilin, pronunciou-se nos seguintes termos: primeiro, que a Comissão deveria ter procedido à apreciação do articulado da proposta de lei, o que não foi feito. Segundo, em relação às dotações dos Tribunais e do Ministério Público, que foram transitadas para o título "Dotação Geral do Estado" e para o título "Ministério das Finanças", entende que aquelas dotações deveriam manter-se nas respetivas instituições, em respeito à sua independência e autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

VI. APROVAÇÃO DO PARECER

O presente relatório foi aprovado na reunião do dia 6 de dezembro de 2023, tendo a sua votação obtido o seguinte resultado: 5 votos a favor; 0 votos contra e 3 abstenções.

Parlamento Nacional, 06 de Dezembro de 2023.

O Relator,

Albino da Silva

Presidente da Comissão,

Patrocínio Fernandes dos Reis